

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Socioeconômico  
Departamento de Serviço Social  
Curso de Graduação em Serviço Social**

**FERNANDA MARCELA TORRENTES GOMES**

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA POLÍTICA PÚBLICA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Florianópolis  
2014/1**

FERNANDA MARCELA TORRENTES GOMES

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA POLÍTICA PÚBLICA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social, da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito parcial para obtenção  
do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Professor. Me. Arnaldo Xavier

FLORIANÓPOLIS

2014/1

**FERNANDA MARCELA TORRENTES GOMES**

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso é um requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e foi julgado e aprovado no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina pela Comissão Examinadora constituída dos membros:

APROVADO EM: de Julho de 2014

**BANCA EXAMINADORA:**



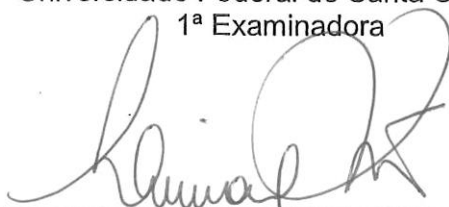
---

Prof.<sup>a</sup> Me. Arnaldo Xavier  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Presidente



---

Prof.<sup>a</sup> Me. Dilceane Carraro  
Universidade Federal de Santa Catarina  
1<sup>a</sup> Examinadora



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Luciana Zucco  
Universidade Federal de Santa Catarina  
2<sup>a</sup> Examinadora



Para minha mãe  
(em memória)  
Pela batalha que travou  
Pela difícil vida que teve  
Por ser mulher  
E pela vontade de mudar que me legou

## AGRADECIMENTOS

“Donde no puedes amar, no te demores.”  
(Frida Kahlo)

Nesses anos de experiências, tanto acadêmicas quanto políticas e pessoais, posso dizer que muitos cruzaram meu caminho, e que alguns desses se fizeram fundamentais em meio ao meu processo pedagógico, outros em meio a minha formação política, outros colaboraram ainda com a minha sanidade mental, e uns poucos fizeram questão de participar em todos os âmbitos da minha vida.

Partindo dessa imensa gratidão que tenho por todos, agradeço primeiramente ao meu pai Dirlô Gomes, que junto comigo construiu a pessoa que sou, sendo pai e mãe em muitos momentos e principalmente me mostrando que as relações de famílias podem sim fluir sem hierarquia e autoritarismo e ainda assim esbanjar respeito e amor.

A minha irmã Maria Viktoria, que independente de qualquer coisa partilhou comigo momentos de tristezas, felicidades e companheirismo, dividindo uma história que é só nossa.

Aos meus amigos de hoje e sempre Pollyanna, Melissa e Fernando, que os próximos anos continuem tão lindos como os últimos quinze que passamos juntos.

As minhas companheiras de vida e crises existenciais, mesmo a distância, Anna, Clari e Fabíola, obrigada pelos conselhos e copos trocados.

A minha irmã gêmea postiça Karina, por sempre me apoiar em meus rumos tortos, por estar pronta a sentir comigo as dores e alegrias da vida, e se as circunstâncias assim pedirem me servir de amparo caso eu não aguente elas, por se manter perto mesmo quando um oceano nos separa.

As colegas e amigas de UFSC, Aline, Karen, Malu, Thais, Fernanda e Carol, pelos happy hours curtidos, os choros acalmados, a luta conjunta no movimento estudantil, os sagrados momentos de descanso no PET, as viagens de estudo, e principalmente por estarem ali quando necessário.

As surpresas da minha vida, Julia, Bruninha e Jacque, obrigada por todos os momentos divididos, seja no movimento estudantil, nas festas, nos abraços, ou simplesmente deitadas, conversando, por aparecerem na minha vida sem pedir permissão e fazerem dela e da universidade mais cheia de cor e amor, sendo assim como são, lindas em todos os sentidos.

Aos meus colegas de estágio, pela experiência e companhia no dia a dia, principalmente a Aline Jordão, pelas risadas, cafés e desesperos partilhados.

Ao meu companheiro de vida Diogo, por ser uma soma de tudo isso dito anteriormente, pelas descobertas e sensações que passamos juntos, por conhecer meus avessos e mesmo assim me compreender e apoiar em cada linha escrita

desse trabalho, e em cada dia vivido comigo, por me fazer acreditar que é possível se relacionar e amar sem precisar seguir qualquer padrão, obrigada por existir!

As minhas gatas, Valentina, Dóris e Lola, pelas noites de companhia cheias de ronrons e lambidas.

Ao meu orientador e amigo Arnaldo, por se dispor a embarcar comigo nesse desafio, facilitando o meu processo de escrita do TCC, se mantendo sempre ético, pedagógico e sincero.

As Simones, Fridas, e Valescas que passaram na minha vida, sejam elas fictícias, reais, conhecidas ou não, que me estimularam ao estudo na área de gênero, mas que, sobretudo, me fizeram feminista.

*Maria, Maria*  
*É um dom, uma certa magia*  
*Uma força que nos alerta*  
*Uma mulher que merece*  
*Viver e amar*  
*Como outra qualquer*  
*Do planeta*

*Maria, Maria*  
*É o som, é a cor, é o suor*  
*É a dose mais forte e lenta*  
*De uma gente que ri*  
*Quando deve chorar*  
*E não vive, apenas aguenta*

*Mas é preciso ter força*  
*É preciso ter raça*  
*É preciso ter gana sempre*  
*Quem traz no corpo a marca*  
*Maria, Maria*  
*Mistura a dor e a alegria*

*(Maria, Maria – Milton Nascimento)*



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1. APORTES PARA A DISCUSSÃO: (DES) CONSTRUINDO CONCEITOS</b> .17	
1.1 UMA BREVE APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	17
1.2 A ASSISTÊNCIA E A CULTURA DA BENEFICÊNCIA.....	19
1.3 CONSOLIDAÇÕES DA FIGURA DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA – CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO .....	26
<b>1.3.1 Mudanças no âmbito cultural e político</b> .....	<b>33</b>
<b>2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: UMA REFLEXÃO SOBRE A MULHER</b> .....	<b>39</b>
2.1 TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA.	39
2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA .....	52
2.3 O DEBATE EM TORNO DO GÊNERO.....	58
<b>2.3.2 A mídia como formadora de opinião</b> .....	<b>72</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>83</b>

GOMES, Fernanda Marcela Torrentes **A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Serviço Social. Curso de Graduação em Serviço Social. 2014/1.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso pretende refletir sobre a representação social da mulher na Política Pública de Assistência social, mas especificamente as associadas ao Programa Bolsa Família. O contexto em que elas surgem, suas mudanças, efeitos, e principalmente a construção social ao qual se designa um papel a essas usuárias atendidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Procurou-se compreender como se deu em sua origem essa construção, com o objetivo de problematizar as possibilidades dessa ferramenta para contribuir na promoção de alguma espécie de mudança na situação real e estrutural da desigualdade social entre homens e mulheres, no sentido de trabalhar para uma emancipação feminina. O trabalho se estrutura em introdução, duas sessões, considerações finais e referências bibliográficas. O primeiro capítulo trata de discutir brevemente o conceito de representação social que será utilizado ao longo do trabalho, assim como a origem da Política Social, e a figura da mulher em meio a seu papel enquanto sujeito político; já o segundo capítulo trabalha as tendências dessas Políticas de Assistência Social, para auxiliar na discussão a representação social dessa mulher que faz uso desse serviço, e a reprodução de sua imagem na mídia.

**PALAVRAS CHAVES:** gênero, mulher, representação social, política de assistência social, bolsa família, serviço social

## **LISTA DE SIGLAS**

ACESSUAS Trabalho – Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação  
Contra a Mulher

CEF – Caixa Econômica Federal

CIMAC – Comunicación e Información de la Mujer

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LA – Liberdade Assistida

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIAISM – Programa Assistência Integral a Saúde da Mulher

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PB – Proteção Básica

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

PSE – Proteção Social Especial

PT – Partido dos Trabalhadores

PTCR – Programa de Transferência Condicionada de Renda

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

## INTRODUÇÃO

Quando penso que um palavra  
 Pode mudar tudo  
 Não fico mudo  
 Mudo

Quando penso que um passo  
 Descobre o mundo  
 Não paro o passo  
 Passo

E assim que passo e mudo  
 Um novo mundo nasce  
 Na palavra que penso.  
 (Alice Ruiz)

O debate do presente trabalho tem como foco a representação social das mulheres inseridas nas Políticas Públicas de Assistência Social, em especial o Programa Bolsa Família. A escolha desse tema advém primeiramente de uma forte identificação pessoal com a luta do movimento feminista que tomou corpo a partir de uma experiência de militância em uma organização de esquerda, ao qual senti, igualmente a necessidade e a falta de discussões que compreendessem a luta de mulheres e as relacionadas às questões de gênero no geral, não enquanto discussões secundárias, mas que perpassam diretamente as classes sociais.

Outro elemento determinante na escolha do tema se configurou na constatação de uma ausência de discussão aprofundada a respeito de questões históricas de desigualdade entre homens e mulheres que se apresentam, de maneira geral, na criação das políticas públicas que procuram abordar uma perspectiva de gênero<sup>1</sup>.

Para desenvolver essa discussão, foi necessário compreender inicialmente como a política de assistência social se desenvolveu ao longo da história, e de que maneira essa mulher agora vista como um dos principais alvos das

---

<sup>1</sup>Neste trabalho, em especial, o termo “questões de gênero” e “gênero feminino” irá designar respectivamente as questões relacionadas diretamente às mulheres, e ao sexo feminino, enquanto uma classificação biológica para facilitar a leitura, contudo, se sabe que a categoria “gênero” é muito mais ampla, sendo inicialmente construída na intenção de compreender as relações estabelecidas entre o feminino e o masculino, que podem ser encontrados em ambos os sexos biológicos; papéis que são assumidos pelos indivíduos na sociedade e que participam das relações de poder estabelecidas entre eles. Mas que atualmente para alguns estudiosos a própria categoria de gênero traz uma grande insuficiência limitadora, ao trabalhar apenas com a ambiguidade do “feminino” e “masculino”.

estratégias das grandes Organizações Internacionais, foi e é capaz, enquanto sujeito social de designar demandas no espaço público influenciando na ação do Estado.

O sistema patriarcal capitalista, base da sociedade em que vivemos, agrupado aqui, pode ser dividido em dois conceitos: o primeiro, patriarcal, tem como alicerce um modelo hierárquico de organização social, em que o homem é o ator central, responsável por executar o papel de autoridade sobre as mulheres e filhos, assim como é detentor dos bens materiais e culturais. Já o sistema capitalista por sua vez, se utiliza da exploração do trabalhador, em benefício do capital, criando de maneira indireta uma coerção econômica que obriga o trabalhador a vender sua força de trabalho ao capitalista, produzindo mais do que lhe é pago. A mais-valia, excedente produzido pela sua força de trabalho, serve para aumentar cada vez mais o capital do empregador, reproduzindo assim ciclicamente um sistema desigual.

Esta construção histórica que se desenvolveu por meio da produção e reprodução de relações sociais, não leva em consideração as consequências das relações desiguais de poder entre homens e mulheres na sociedade no geral, considerando-as enquanto situações excepcionais e não enquanto um efeito “normal” do capitalismo patriarcal.

O patriarcado que possui seu início antes do capitalismo encontra no mesmo uma situação favorável para seu aprofundamento, já que, embora o capitalismo não necessite da opressão e subordinação de um determinado segmento, sejam eles negros, mulheres, indígenas entre outros, para produzir o seu capital, ele toma para si esta desigualdades existentes e legitimadas pela sociedade e aprimora seus meios de exploração, reproduzindo, neste caso, o patriarcado sob uma nova roupagem.

Para as mulheres de classe média designadas ao tradicional papel feminino de cuidados relacionado ao ambiente do lar e de reprodução indireta da força de trabalho se convoca a “mística feminina” termo utilizado pela autora Betty Friedan (1963) considerada grande ativista do movimento feminista. A chamada “mística feminina” procura demonstrar a mistificação da mulher enquanto mãe e esposa zelosa, durante a Segunda Guerra Mundial. Friedan chega a compará-la a um campo de concentração nazista, onde os prisioneiros são forçados a apresentar uma postura infantil, renunciando sua própria individualidade e interesses, obrigados a executarem trabalhos monótonos e sem fim que causam cansaço físico e mental. A válvula de escape para essas mulheres se torna, convenientemente, o seu papel

“consumidor”, a loja de departamento passa a ser sua conexão com o “mundo”, servindo para aliviar suas tensões, produzindo assim um grupo consumidor essencial para o mercado capitalista.

Para as mulheres da classe trabalhadora que necessitavam do trabalho para garantir a condição de sobrevivência sua e de sua família se designa então o caráter contraditório do trabalho assalariado, que a possibilita uma independência financeira, mas lhe garante uma sobrecarga de trabalho materializada na dupla jornada, juntamente com a antiga reprodução do modelo hierárquico da relação de gênero. Desta maneira novas formas de controle são criadas. Segundo Heleieth Saffioti:

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 2011, p.36).

O ingresso ao mercado de trabalho obtido pelas mulheres passa a ocorrer e ocorre até os dias atuais de forma subalternizada, mantendo-as desiguais no plano da economia, pagando-lhes salários menores, feminizando as profissões que lhes eram majoritárias, fazendo com que essas sejam menos valorizadas, ao mesmo tempo em que lhes dificulta o acesso às profissões chamadas “masculinas”, tratando a maternidade enquanto um assunto privado, e dificultando a ascensão na carreira. A flexibilização do trabalho advinda da onda neoliberal também traz consequências danosas às mulheres, pois não faz diferenciação entre os trabalhadores.

Nas últimas décadas no âmbito das políticas sociais foram criados em diversos países mecanismos para a população feminina, no Brasil especificamente, houve uma grande ampliação das discussões sobre as questões de gênero. Contudo, em sua grande maioria, os conselhos e secretarias destinados a esse fim, possuem pouco ou nenhum recurso para realizar as ações e políticas necessárias, da mesma maneira que não possuem equipes de trabalhos qualificadas na área, nem poder efetivo de ação dentro do Estado. O insuficiente diálogo com os

movimentos de mulheres e feministas, assim como com outros setores da sociedade também prejudicam a atuação desses meios; a insuficiência dos mesmos nos leva a questionar qual a real prioridade que essas ações possuem. As Políticas Públicas voltadas à assistência social, em especial, nos leva a um importante terreno de análise com os diversos sujeitos sociais que dele participam, mas principalmente com as mulheres, servindo como um bom indicador do grau de crescimento da igualdade social entre os sexos.

Logo, se pretende com esse trabalho refletir sobre as múltiplas relações de poder no âmbito das políticas públicas de assistência relacionadas à abordagem de gênero, problematizar se há possibilidade de um cenário político capaz de reverter os processos sociais de desigualdade. Para tanto, nos apropriamos da pesquisa bibliográfica de cunho exploratório enquanto metodologia.

O trabalho está organizado em duas seções: a primeira discutirá a origem da Política Social no seio da tradição filantrópica; o percurso das mulheres na história e suas mudanças, e a importância do movimento feminista e de mulheres no geral neste contexto.

A segunda seção problematizará as tendências nacionais e latino-americanas das políticas públicas de assistência social, por meio de uma concisa passagem pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) sua legislação base: Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Serviços de Alta Complexidade; o Programa Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria. Junto com esse panorama, se pretende como objetivo geral discutir a representação social da mulher em meio a essas políticas, em especial junto ao Programa Bolsa família, buscando como objetivos específicos refletir sobre as mudanças, efeitos e, principalmente, a construção social ao qual se designa um papel a essas usuárias atendidas pelo Sistema Único de Assistência Social, procurando buscar quem é essa mulher, suas atribuições e potencialidades, afim de desenvolver uma discussão a respeito das possibilidades que esses meios possuem na contribuição de uma “emancipação” do gênero feminino.



## 1. APORTES PARA A DISCUSSÃO: (DES) CONSTRUINDO CONCEITOS

### 1.1 UMA BREVE APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

“Quem tem consciência pra se ter coragem  
Quem tem a força de saber que existe  
E no centro da própria engrenagem  
Inventa contra a mola que resiste”  
(Primavera nos dentes – Seco e molhados)

A teoria das representações sociais teve início com o francês Serge Moscovici no ano de 1961, na publicação da obra “La psychanalyse, son image et son public”. Essa nova área de produção de conhecimento emerge da crítica direcionada ao pensamento hegemônico existente na América Central e Grã-Bretanha que interpretava os indivíduos separados de seu contexto social. A teoria tem então como base a junção entre o psicológico e o social, ao qual concebe o sujeito, objeto e sociedade algo inseparável, considerando os contextos sociais fundamentalmente importantes na construção dos comportamentos individuais e das próprias realidades sociais (PATRIOTA, 2008).

Para Moscovici a representação social traz elementos da Sociologia e Antropologia, por meio de Durkheim e Lêvi-Bruhl, contudo, o autor rompe com esses pensadores a partir da produção de estudos a respeito do tema por meio de uma metodologia científica própria na qual produz uma análise negativa a respeito das teorias positivistas e funcionalistas. Essas teorias conforme menciona Moscovici (1961) não dão conta da realidade em outras dimensões, como por exemplo, a histórico-crítica, logo, ele passa a questionar o modelo científico da época, marcado pelo conhecimento fragmentado do ser humano, e a separação entre objetividade e subjetividade:

Grande parte dos teóricos da Psicologia Social, anteriores à Segunda Guerra Mundial, fez distinção entre o individual e o coletivo (compreendido como cultura ou sociedade). A razão para tal procedimento era a crença, por parte dos estudiosos, de que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes do tipo de leis que explicavam os fenômenos individuais (ALEXANDRE, 2004, p.124).

Muitas são as definições de representação social, é certo que toda representação social é representação de alguma coisa ou alguém, que não procura ser cópia do real, nem do ideal, e sim parte do processo pelo qual se relaciona com o mundo e as coisas. O reconhecimento dos indivíduos guiados pelo conceito de representação social, não se faz apenas enquanto meros processadores de informações, exatamente pelo contrário, eles são vistos através da representação enquanto sujeitos ativos, que produzem e manifestam conhecimentos e representações próprias, que vão além das que lhe são incumbidas pela sociedade como um todo.

Ainda sim, não pode se negar que as representações sociais fazem parte de um processo de formação de identidade, que ao serem formadas por processos sociais, em sua grande maioria reproduzem estereótipos que são interiorizados pela sociedade e devolvidos por ela de forma normativa e reguladora. Sendo parte de seu propósito a mudança de algo não familiar, ou a própria familiaridade, em familiar, nos parece fácil visualizar um caminho em direção a um padrão, que quando quebrado produz julgamentos sociais.

Nos casos de relações étnicas, inter-raciais ou inter-grupais, como os julgamentos sociais, os exemplos são explícitos quando a tendência é fixar a imagem do outro dentro de um status “natural” ou “biológico”. Essa “biologização” do social transformam as diferenças sociais em diferenças de ser. Isso produz teoria sociais nas quais a história nos ensina triste lições (SÊGA, 2000, p.129).

As representações sociais são elaboradas coletivamente a partir da realidade do dia a dia, ou seja, estas identidades formadas podem ser mantidas, modificadas ou remodeladas pelas relações, sendo determinadas também pelo sistema social que estão inseridas, que igualmente podem ser modificado.

## 1.2 A ASSISTÊNCIA E A CULTURA DA BENEFICÊNCIA

“Tú eres clase alta, yo clase baja  
 Tú vistes de seda, y yo de paja  
 Nos complementamos como novios  
 Tú tomas agua destilada, yo agua con micróbios [...]

Dicen que eres la reina de todos los rosales  
 Pero hoy te voy a bajar 4 clases sociales”  
 (Baile de los pobres, Calle 13)

A política de assistência social, tanto no Brasil quanto no mundo, são marcadas fortemente por uma tradição filantrópica e assistencialista. Compreender essa herança histórica é fundamental para entendermos como seu legado permanece no processo de construção e desenvolvimento das políticas atuais.

O desenrolar do processo da assistência nos mostra que ela se constitui em uma atividade antiga na humanidade, praticada especialmente por grupos religiosos e direcionadas aos indivíduos que dependendo das normas morais de cada sociedade poderiam ser classificados tanto como propensos à “vagabundagem”, quanto carentes de ajuda para prover suas necessidades sociais básicas. Independente da classificação, essa chamada benevolência passou a se constituir historicamente também como prática de dominação às camadas mais pobres como poderemos notar mais abaixo.

As políticas sociais de um modo geral fazem parte de um conjunto de tomadas de decisões e ações que, não obstante de disputas políticas e capturações, objetivam o bem estar social; sua origem legal, no entanto, advém de um processo ao qual se enxergava o pobre enquanto um perigo a ordem pública, que deveria ser controlado para que não causasse nenhuma espécie de desordem social. As insuficientes e monitoradas atenções públicas a esse setor na era pré-industrial podem ser visualizadas através do exemplo das influentes Leis dos Pobres inglesas (Poor Laws) instauradas no século XIV, que se constituía em um conjunto de regulamentações sociais ao qual o Estado se responsabilizava por esses indivíduos ao perceber que a igreja, grande responsável pelos cuidados aos pobres na época, não possuía meios suficientes para deter prováveis rebeliões geradas pela miséria advinda da lenta transição da sociedade feudal a capitalista:

Em 1351, a Grã-Bretanha, sob o reinado de Eduardo III, se deparava não só com o extermínio de aproximadamente um terço da

população pela Peste Negra, mas também com o desafio econômico de enfrentar uma crônica escassez de braços para trabalhar nas fazendas, implicando aumento de salários. Surge daí a estreita relação entre assistência social e trabalho, que vai constituir um imperativo categórico no capitalismo (PEREIRA, 2008, p. 62).

A lei previa além de uma regulamentação dos salários, a proibição da mobilidade em busca de melhores condições em outras paróquias por esse segmento, sentenciando punições para quem a descumprissem, que variavam de surras, açoites, mutilações, e até execução por “vagabundagem”.

Pensando ainda seu desenvolvimento histórico, em 1576 se inauguram as Poor-houses (Casas dos Pobres), com a intenção de facilitar a obrigação da contrapartida do beneficiário da assistência através de prestação de serviço e da persuasão ao trabalho compulsório que passava então a ser garantida por lei. Mais a frente em uma tentativa de administrar esse conjunto de pessoas, as Poor-houses começam a ser destinadas apenas aos pobres considerados inválidos enquanto em Workhouses se destinam aos pobres capazes de trabalhar. Nessas casas além da obrigação do trabalho eram realizadas também orações no intuito de “corrigir” os que ali habitavam.

Após algumas reedições, as Leis dos Pobres acaba por despertar críticas sociais, forçando sua revisão no ano de 1782, a partir daí ocorre à extinção da assistência interna praticada pelas Workhouses (que neste momento já agrupam todas as categorias de pobres classificadas pela lei) sendo substituída pela assistência externa, realizadas fora das instituições. Esse movimento advém de uma necessidade de construir novos tipos de políticas sociais devido ao aumento da população que acompanhou igual aumento da carência de alimentos, tendo como responsável a pouca colheita e a situação de guerras. Não somente os inválidos e desempregados sofriam com a iminência da fome, mas também os empregados, o que trouxe consigo um novo patamar de discussões que incluía em sua pauta o crescimento da mobilização social que já não era possível ter um controle apenas com a força repressora do Estado.

Outras mudanças nas legislações das Poor Laws foram implantadas em 1834, conhecidas como a Poor Amendmentact, nessa reforma se implanta pela primeira vez uma política social liberal que traz em seu conjunto influências não somente da alteração do modo de produção, mas também ideológicas. Thomas

Malthus um dos seus grandes defensores e peça chave para o pensamento liberal acreditava que aos pobres restavam três grandes obrigações: a prática da abstinência sexual até ter condições financeiras de assumir um casamento, a aprendizagem com os ricos na organização de suas vidas pessoais e o costume de não depender mais de auxílio institucional (PEREIRA, 2008).

Em outras palavras, no mundo moderno se justificava o descaso pelas políticas sociais, através dos pressupostos que ela incentivaria o ócio e a vagabundagem, trariam dificuldades para a libertação da dependência do homem em relação ao Estado e prejudicariam as leis do mercado. A lei dos pobres demonstrou que os critérios e classificações mencionados se estenderam por séculos, colocando o Estado enquanto uma mola impulsionadora da prática assistencialista, também como expressão de controle e benevolência ao longo da história da Europa, incentivando e direcionando os esforços de solidariedade social.

No Brasil a assistência social possui, igualmente, fortes ligações com a filantropia, seu desenvolvimento histórico também caminha ao lado das ações voltadas à caridade e solidariedade realizadas por instituições religiosas, na qual há uma identificação da relevância da pobreza no papel de redentora dos pecados. Essas ações se constituíam no geral a auxílios e cuidados básicos como doações de alimentos e roupas, chegando a extremos como nos casos das internações desses indivíduos em locais como a Santa Casa de Misericórdia, destinadas ao cuidado das pessoas consideradas carentes. Paralelo a esta ação, estava à utilização da ação do Estado por meio da intervenção da polícia junto a esses grupos:

[...] exceções, que até 1930 em nosso país não se compreendia pobreza enquanto expressão da questão social. Quando esta se colocava como questão para o Estado, era de imediato enquadrada como caso de polícia e tratada no interior de seus aparelhos repressivos (YAZBECK, 2008, p.41).

O pobre, nesse contexto, era considerado parte de um segmento que necessitava de cuidados especiais por ser fraco e adoentado, tendo garantido apenas direitos que garantissem a sua sobrevivência, não os livrando das precárias condições de vida ao qual estavam submetidos. Características que já existiam na Europa como mencionado anteriormente e que ainda se faz presente em grande parte das políticas e iniciativas estatais atuais.

A formulação deste pensamento que ainda sobrevive produz concepções indevidas e rasas a respeito da assistência social, estas concepções se associam diretamente com a noção de pobreza que se sobressai em grande parte dos espaços de discussão e elaboração de políticas na área: a de pobreza absoluta. A prevalência da noção de pobreza absoluta se define enquanto a privação dos mínimos necessários para a conservação da vida, situação esta que abre espaço para estratégias de sobrevivência que incluem a prostituição, trabalho semi escravo e escravo, roubos, entre outras, sendo necessário respostas emergenciais.

Quando se utiliza a “pobreza absoluta” enquanto um parâmetro de ação para a política de assistência se incentiva e legitima estas ações emergenciais , que tem como objetivo garantir o mínimo vital de sobrevivência, em detrimento as que prevêm um planejamento, continuidade, pesquisas e estudos sobre os determinantes da pobreza levando em consideração o tipo de vida de todos os indivíduos que constituem a sociedade. Ou seja, os programas focalizados no combate à pobreza acabam por comprometer, previamente, a possibilidade de eficácia das ações realizadas dentro das políticas, enclausurando os pobres num círculo fechado da reprodução geracional da pobreza ou na armadilha da pobreza, como alguns estudos já demonstram (PEREIRA, 1996).

A pobreza absoluta propõe práticas pontuais e simplórias, sem ter tempo para se preocupar com questões mais complexas, desta maneira, não necessita de pessoas qualificadas para sua execução e coordenação. O desempenho da assistência social acaba, por muitas vezes, submetido à generosidade e boa fé de cada pessoa envolvida no desenrolar dos programas, resgatando a lógica da cultura de beneficência. A assistência social trabalhada pela ótica privada e religiosa e não pela ética social pública se vincula essencialmente a tentativa de legitimação de uma bondade que provém do doador ao recebedor, quando este se ocupa em cuidar dos inválidos.

A partir dessa análise se torna mais claro o porquê da assistência social brasileira exibir em muitas de suas ações uma lógica perversa, reducionista, e filantrópica que carrega as suas raízes na manifestação da crença de que a pobreza é uma fatalidade natural que não deve ser combatida, mas sim domesticada, de preferência por instituições religiosas.

A “questão social” passa a ser compreendida enquanto um desvio social que deve ser tratado como um fato isolado. O pobre diferentemente do rico, não possui igual liberdade de escolha, devendo se sujeitar a qualquer oferta de trabalho e salário, pois é mais gratificante moralmente prover seu sustento, ainda que de maneira miserável, do que se submeter à humilhante posição de assistido pela assistência, revelando uma fraqueza pessoal.

Essas concepções supõem que indivíduos que não possuem as mínimas condições básicas de sobrevivência ainda assim possuem condições de individualmente darem seu melhor. As afirmações mencionadas, não são originárias do Brasil, como já analisamos, mas sim, são em grande parte, reprodução de idéias conservadoras e liberais do denominado Primeiro Mundo, que visam à proteção do sistema econômico e não do trabalhador, e trazem graves limitações a política de assistência do país, dentre elas:

1. O funcionamento da assistência enquanto uma ação que acaba mais por excluir do que incluir seus usuários no âmbito dos direitos, pois foge ao objetivo da redistribuição de renda e acaba apenas colocando em práticas medidas de caráter emergenciais, como já discutido.
2. A predominância do princípio da “menor elegibilidade”, que procura dificultar ao máximo às chances de aptidão desses indivíduos a assistência social, tornando o mais rigoroso possível os critérios a serem considerados nos apontadores do índice de pobreza, procurando dificultar o acesso a esses benefícios. A intenção é não desanimar o usuário na busca de satisfazer suas necessidades básicas através de um “esforço próprio”.
3. A estigmatização dos assistidos pelos programas, como uma das principais características negativas. A velha noção de que os usuários atendidos são pessoas “incapazes” ou que “falharam” em algum momento de suas vidas, necessitando agora de auxílio do Estado e da sociedade, vide o papel das ONGs e das igrejas novamente. É necessário destacar que o estigma não se encontra inerente a assistência social, e sim, que surgiu de uma construção do sistema capitalista, para desestimular a procura pelas políticas.
4. A comprovação, em sua maioria constrangedora, por parte do pobre de sua situação de miséria através dos “testes de meios e recursos”, que

seleciona dentro do grupo de indivíduos pobres os merecedores dos não-merecedores. Essa seleção deixa grande parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade e exclusão social desprotegida, enquanto a outra parte selecionada é estigmatizada obter o merecimento. (PEREIRA, 1996).

Essas limitações mencionadas reproduzem ideologias e valores mesmo quando transmitidas, como acontece em sua grande maioria, de maneira mecânica e acrítica nas práticas diárias dos agentes que a operacionalizam, reproduzindo representações sociais e entendimentos que tem em sua base a persistência do senso comum e da força das tradições:

No caso particular da assistência social, a prevalência da imagem distorcida e do uso degenerado do processo assistencial é muito mais extensa e profunda. Chega, inclusive, a contaminar aqueles que, pela força do dever e do ofício, tem, necessariamente, que lidar com ele. E isso não tanto pelo termo assistência que em si, sugere atenção e apoio qualificado a alguém por parte de quem detém as credenciais e as condições (materiais ou profissionais) para tanto. O quem tem tornado a assistência um fenômeno conceitualmente problemático (PEREIRA, 1996, p.10-11).

A assistência aparece nos mais diversos âmbitos como uma política que é discutida, planejada e executada em função de um determinado grupo de pessoas que dela necessita de auxílio, não pensada no âmbito da totalidade social, cujos fatores são compostos de uma problemática que possui causas e efeitos, podendo dela necessitar qualquer cidadão.

Sendo assim, a política de assistência é considerada por muitos, o oposto a cidadania e ao trabalho remunerado, tendo em seu cenário apenas a capacidade de suprir as necessidades mais urgentes da população de baixa renda que não possui capacidade suficiente para prover seu sustento, se tornando natural que responda de maneira precária a suas demandas.

O paradigma do não direito reproduz a posição de subalternidade historicamente destinada a esse grupo. Se esquecendo que o valor criado pela classe trabalhadora através de sua força de trabalho e apoderado pelas classes dominantes e pelo Estado deve ser partilhado à população no formato de serviços, dentre eles os assistenciais. Este serviço como dito antes faz parte da parcela de



valor concebida pelos próprios trabalhadores, e que, portanto, tem de ser devolvido aos mesmos.

Contudo, ao ser devolvido, este valor recebe um novo formato, o de benefícios e serviços sociais, e acaba por assumir outra lógica quando visualizados pela sociedade no geral, como afirma a autora Iamamoto: “Porém, ao assumirem esta forma, aparecem como sendo doados ou fornecidos ao trabalhador pelo poder político diretamente ou pelo capital, como expressão da face humanitária do Estado ou da empresa privada” (IAMAMOTO, 2008, p. 92).

Nesse processo de limitações e ideologias podemos citar igualmente o importante papel das organizações não governamentais, que se constituem parte das determinações em acordo com as orientações do Banco Mundial em favor da focalização das políticas sociais, possuindo seu desenvolvimento também atrelado a filantropia e a noção de solidariedade com o próximo.

As ONGs, que também trabalham diretamente com a população em situação de vulnerabilidade acaba por cumprir, mesmo em muitos casos não possuindo a intenção, um papel negativo na sociedade ao reforçar indiretamente o discurso que alega incapacidade do espaço público em responder suas demandas (discurso apropriado pelos interesses oligárquicos) promovendo o pensamento da elite, e estimulando o descrédito ao que é público, incluindo as políticas de assistência. Não se pode negar que essa teoria faz parte de um processo de construção hegemônica, que nega a noção de direito e a concepção de igualdade que se não na realidade, ao menos no papel, guia nossa Constituição Federal de 1988.

E é exatamente na década de 1990 que as ONGs ganham força e perdem quase por completo seu elo inicial com os movimentos sociais, passando a possuir um caráter diferenciado das anteriores. O estímulo a “sociedade fraterna” como forma de solução dos problemas sociais é incorporada ao discurso, assim como apropriação do trabalho voluntário que se vincula ao termo “responsabilidade social”, dispondo para esses grupos o título de colaborador e/ou parceiro do Estado.

A “responsabilidade social” estende também sua chamada às empresas privadas, criando a falsa ilusão que a parceria entre público e privado representa uma gratuidade de serviços que justifica isenção fiscal, e o rótulo de “empresa preocupada com as mazelas sociais” às companhias que dela fazem parte, nos

trazendo outras questões que vão além da cultura de beneficência e que serão vistas mais ao longo do texto.

O que podemos perceber é que existe um dualismo no desenvolvimento e execução da Política de Assistência Social brasileira, possuindo grandes avanços, fruto contínuo do movimento no campo dos direitos, mas também alguns retrocessos que aconteceram num momento em que o mundo se deparava com grandes transformações estruturais e históricas, no final da década de 70, dentre elas o aumento da pobreza e da marginalização social (PEREIRA, 1996) podendo se notar uma resistência de alguns setores da sociedade civil quanto à proteção a aqueles indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Neste contexto se resgata o papel histórico da caridade, porém, sob uma nova leitura, convocando os mais diversos grupos da sociedade civil a auxiliar nesta tarefa: sociedades comerciais, sindicatos, ONGs, igrejas, fundações, etc. fazendo persistir a tradição benevolente nas ações interventivas sobre a pobreza, deslegitimando assim o caráter universal das políticas de assistência, contribuindo, para despolitizar os espaços de ação na área, inclusive os relacionados à questão de gênero.

### 1.3 CONSOLIDAÇÕES DA FIGURA DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA – CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO

“Esse crime, o crime sagrado de ser divergente,  
nós o cometeremos sempre”  
(Pagu)

O desafio de tornar visível o sujeito social “mulher” que foi amplamente ocultado nas sociedades ocidentais, incluindo na esfera das políticas de assistência, por meio de marginalização social e política, se configurou em uma das grandes finalidades de diversos movimentos de mulheres. Esta invisibilidade procura se justificar socialmente através da reprodução de numerosos discursos deterministas que designavam a esfera do privado, o mundo doméstico, como o real espaço feminino, ignorando a longa trajetória das mulheres das classes trabalhadoras e da zona rural que proviam/contribuía para o sustento de seus lares através da

utilização da sua força de trabalho em fábricas, oficinas e lavouras e que hoje ocupam também lojas, escritórios, hospitais, escolas entre outros ofícios.

A semelhança histórica entre essas trabalhadoras que ainda perdura se encontra, em boa parte, em três condições: nos salários mais baixos que os dos homens que ocupam os mesmos cargos, na rigidez do controle e direção de suas ações que são igualmente comandadas por homens, assim como a posição secundária ou de “apoio” que ocupam em suas atividades (LOURO, 2003).

Os papéis construídos dentro das sociedades carregam consigo padrões e regras que se estabelecem culturalmente para cada membro e que definem que condutas são aceitáveis ou não, dentre elas se incluem as vestimentas, linguajar, maneiras de se relacionar e agir, dentre outras. Desta maneira, se construiu gradativamente identidades, que podem ser entendidas enquanto uma “invenção social” congregando múltiplos discursos que regulam, normatizam e fabricam “verdades” (FOUCAULT, 1977).

As relações de poder instituídas na construção do papel da mulher nos mostra que este sempre esteve relacionado nas sociedades ocidentais a uma condição de subalternidade e opressão, como veremos mais a frente, tendo sua discussão negada ou secundarizada, inclusive pelos setores considerados progressistas. As poucas discussões que socorrem se dão no geral por uma ótica vitimizante, que culpa a mulher por sua condição social subordinada, fixando assim uma natureza permanente desta condição.

Nas relações de poder aqui trabalhadas, a sexualidade feminina se configura em um dos elementos de maior instrumentalidade, sendo utilizado como grande argumento para justificar decisões e condutas dentro de estratégias morais. Segundo Foucault (1977) existiram quatro grandes conjuntos estratégicos de dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo, entre eles a histerização do corpo da mulher:

O corpo da mulher sendo analisado – qualificado e desqualificado – como corpo saturado de sexualidade, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, aos campos das práticas médicas, pelo qual enfim foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar) com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com

sua imagem em negativo que é a 'mulher nervosa'; constitui a forma mais visível desta histerização (FOUCAULT, 1977, p.99).

A personagem discutida é observada em primeiro lugar pelo dispositivo de sua sexualidade, a mulher "ociosa", que deve ter como sua principal prioridade a família, e que possui um conjunto de obrigações familiares, se colocando "nervosa" em algumas situações, devido sua histeria natural, porém, essa histeria com o passar do tempo tende a ser controlada, pois, o corpo da mulher projeta para as funções de reprodução e se perturba por esse mesmo motivo. A figura da mulher que se representa nesta explicação é a da mulher frívola, jovem, fofa e feminina, quase sempre passiva (a não ser em seus eventuais ataques de histeria) e limitada a sua tarefa biológica, e ao seu universo privado.

Essa ideia compartilhada por grande parte da sociedade no decorrer do século XIX se mostrava já na época uma falácia, sobretudo, em relação às mulheres trabalhadoras, que passaram a integrar grande parte dos trabalhadores "formais" nas indústrias, por serem consideradas mão-de-obra mais barata e menos "rebelde", acarretando mudanças na natureza de suas atividades, no papel desempenhado por elas socialmente, assim como nas expectativas tradicionais de seus interesses.

Essas mudanças não podem ser naturalizadas, uma vez que não se desenvolvem a partir de uma cronologia natural. O movimento de mulheres europeu, sobretudo o feminista, passa a questionar a divisão tradicional dos papéis sociais fundamentada na diferença sexual, indagando o motivo da exclusão deste segmento nas propostas (mas não da luta para concretizá-las) nos direitos civis e humanos. Este movimento é marcado historicamente por três grandes momentos: as revoluções burguesas no decorrer do século XIX, as lutas socialistas no início do século XX e a explosão dos movimentos sociais na década de 1960 (CRUZ, 2007). Movimentos que se materializaram por meio de longos períodos de lutas e discriminações. Vale lembrar o exemplo das feministas do início do século XX que ao falarem em público eram chamadas de meretriz e "mulher mil vezes mais baixa que prostituta".

Após os anos de 1920, as palavras "feministas" e "profissional" se tornaram ofensas e as novas ideologias liberais declaravam que as mulheres eram "livres" e podiam escolher entre serem suaves donas de casa e mães, ou feministas

devoradoras de homens. A mídia nesse contexto possuía forte influência criando uma imagem através de revistas femininas, propagandas, televisão, cinema e novelas que dava o aviso de que as carreiras profissionais juntamente com uma educação mais aperfeiçoada traziam conseqüências perigosas para o lar, as crianças e a vida sexual das esposas e mães. Neste contexto elas eram aconselhadas por psicoterapeutas, psicólogos, entre outros profissionais, sobre como se adaptar ao papel de dona de casa para que assim, não se deixassem conduzir a uma masculinização que advinha daquelas mulheres “ridículas” que lutavam pelos seus direitos, ou seja, esta liberdade na realidade se configurava em uma recomendação moral que as alertava que suas escolhas contrárias estavam submetidas a julgamentos:

O mito que as feministas eram monstros antinaturais baseava-se na crença de que destruir a submissão da mulher, ordenada por deus, seria destruir o lar e escravizar os homens. Tais mitos surgem em todas as revoluções que fazem progredir uma parcela da família humana no sentido da igualdade. Sejam as feministas representadas como seres desumanos, furiosas devoradoras de homens, ofensoras de deus, ou nos termos modernos como pervertidas sexuais, não diferem nisso do estereótipos do membro de sindicato anarquista, ou do negro encarado como animal primitivo. O que a terminologia oculta é o fato que o movimento feminista era uma revolução (FRIEDMAN, 1971, P.77).

Um dos principais argumentos para deslegitimar as organizações feministas se constituía na afirmação de que todas haviam “falhado” enquanto mulheres se tornando solteironas amargas, e por isso procuravam por inveja, cumprir o papel destinado aos homens. Para este tipo de afirmação as feministas respondiam enfaticamente que as mulheres enxergavam os homens enquanto a imagem de um ser com possibilidades de realizar seus anseios, fazendo com que elas também passassem a almejar os mesmos privilégios, ou seja, rejeitava-se a imagem tradicional feminina, muitas vezes buscando a única referência em relação a um ser humano livre: o homem.

Não era difícil observar militantes feministas rejeitando os clássicos corsets para fazer uso da calça e camisa, traje considerado tradicionalmente masculino na época, como os cabelos curtos. Essa mudança estética que foi proibida por lei durante um longo período era tida como um símbolo de luta,

representando não somente uma busca de igualdade de direitos, mas também uma liberdade de ação que se tornou mais forte a partir da primeira guerra mundial, com a incorporação massiva das mulheres nas fábricas. É nesta época que o uso da calça se torna uma expressão da almejada emancipação das feministas, trazendo nomes como Gabrielle "Coco" Chanel<sup>2</sup> que revolucionou a indústria da moda no final do século XIX, criando um vestuário que iam de calças inspiradas nas usadas pelos marinheiros, a *tailleurs* fabricados em tecidos rústicos.

Durante todo o século XIX e início do século XX as bandeiras do feminismo se baseavam no acesso a escolaridade, o acesso ao mercado de trabalho, ainda através de profissões consideradas femininas, e a luta pelo voto. Essas bandeiras tratavam predominantemente dos interesses das mulheres de classe média, demorando em abordar interesses vitais das operárias, como licença-maternidade (HOBBSAWN, 1986) que passou a ser reivindicado juntamente com as lutas operárias, ao lado da exigência de salários iguais aos dos homens, proteção à maternidade e ao trabalho feminino.

Na década de 1940 novas pesquisas realizadas por Margaret Mead<sup>3</sup> na área de antropologia trazem estudos sobre uma sociedade na Nova Guiné que não vinculava a diferença de sexo na composição cultural dos gêneros masculino e feminino e das relações entre eles estabelecidas. A discussão central se dá por meio da antropologia cultural, demonstrando a existência de diferentes formas de se organizar socialmente, abrindo assim uma perspectiva científica crítica a respeito da naturalização da organização social que se vivia na época e de suas relações de dominação ali estabelecidas.

Neste mesmo período a escritora Simone de Beauvoir lança o livro *O Segundo Sexo* produzindo contribuições importantíssimas para o movimento feminista, e os movimentos de gênero no geral. “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, era uma de suas célebres afirmações que faziam parte de uma nova

---

<sup>2</sup>Gabrielle Bonheur Chanel, mais conhecida como Coco Chanel, foi uma importante estilista francesa, ao quais suas criações influenciaram a moda mundial. Sua imagem representava um símbolo de mulher do século 20, independente, bem-sucedida, com personalidade e estilo.

<sup>3</sup>Margaret Mead foi uma antropóloga cultural norte-americana que escreveu o livro “Sexo e temperamento”, tratando-se de uma análise a respeito das observações baseados no período em que passou no tribo Tchambuli na Papua-Nova Guiné.

categoria de estudos que se iniciava nos estudos de gênero<sup>4</sup>. Para Beauvoir o fato da mulher reproduzir a vida não deveria colocá-la automaticamente em uma camisa de força biológica, necessitando assim, um deslocamento de perspectiva entre a vinculação da diferença biológica e da cultural (CRUZ, 2007).

As mulheres brasileiras que desde o fim do século XIX estavam incorporadas à produção social e já representavam grande parte da força de trabalho começavam também a sofrer influências pelas ideias progressistas dos movimentos anarquistas e socialistas reproduzidas por trabalhadores imigrantes. Várias se juntaram as lutas sindicais na defesa de melhores condições trabalhistas e já na primeira década do século XX, diversas organizações feministas com cunhos socialistas, anarquistas e liberais nos mais diversos países da América Latina começaram a surgir. Essas organizações se dão em sua maior parte, juntamente ao processo de organização das classes populares, algumas vezes com o apoio de militantes homens outras somente sobre as reivindicações de mulheres.

As organizações de mulheres discutiam seus direitos, principalmente sob o viés da igualdade jurídica nos mais diversos congressos realizados, em grande parte, em âmbitos internacionais, como o Congresso Internacional do Livre Pensamento organizado pelo Centro Feminista de Buenos Aires, em 1906, o Primeiro Congresso Internacional Feminista, novamente na Argentina, em 1910, que se repete em 1916, desta vez, em Yucatán, no México.

Na década de 1920 a luta sufragista se amplia também na maioria dos países latino americanos, novamente sob a condução das mulheres de classe alta e média, que conquistam este direito no Equador, em 1929, o primeiro país da região a estabelecer o voto feminino; No Brasil, Uruguai e Cuba no início dos anos 1930; e na Argentina e Chile, após o final da Segunda Guerra Mundial; México, Peru e Colômbia são os países com maior dificuldade para garantir o voto, que só ocorre na década de 1950 (Costa, 2005).

A conquista do direito ao voto coloca o movimento feminista em um momento de refluxo na maioria dos países da América Latina, seguindo a inclinação dos movimentos dos Estados Unidos e Europa. Este processo, contudo, não

---

<sup>4</sup>Estudos de gênero são um campo de pesquisa acadêmica interdisciplinar que procura compreender as relações de gênero – feminino e masculino - na cultura e sociedade, discutindo questões relacionadas a mulher, masculinidade, identidade LGBT, transexualidade, travestilidade, entre outros.

significou que as mulheres não participaram em grande número dos movimentos políticos mais abrangentes;

Em toda América Latina, as mulheres se organizaram em clubes de mães, associações de combate ao aumento do custo de vida, nas associações de bairros, nas lutas por demandas sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, creches, transporte etc.), direito a terra e à segurança (COSTA, 2005, p.3).

O feminismo aparece novamente com força na América Latina a partir da década de 1970, em meio ao contexto de repressão e autoritarismo que os regimes militares passam a impor. A organização de mulheres reaparecem em massa em consequência da resistência à ditadura militar, de uma maior incorporação das mesmas no mercado de trabalho, como também sob o impacto do movimento feminista internacional que se incorpora a efervescência cultural de 1968, mesmo sob a diferente condição política nacional, gerada pelas particularidades da primeira fase da ditadura militar que não proporcionou uma liberação cultural radicalizada como acontecia nos países centrais na época.

No Brasil e na América Latina no geral, a instauração das ditaduras militares se configurava na principal pauta dos movimentos de mulheres que participavam ativamente em organizações do movimento estudantil, dos partidos políticos, e das Associações Eclesiásticas de Base articuladas pela Igreja Católica. Elas se faziam visíveis no meio da diversidade de expressões organizativas, reivindicações e métodos de luta também por reclamarem dentro desses movimentos um maior protagonismo assim como a necessidade de uma discussão mais ampla de assuntos relacionados ao tradicional “universo feminino”, sendo obrigadas a enfrentar frequentemente uma discriminação de gênero que provinha não somente de uma consequência da sociedade patriarcal clássica, mas também do predomínio que existia em toda a esquerda latino-americana de que as feministas se constituíam em um grupo pequeno burguês influenciado por ideais imperialistas (Costa, 2006). Tal questão ignorava que os principais atores nos movimentos populares se tratavam de mulheres, que ao deixarem a esfera privada para atuarem nos espaços públicos, levavam consigo discussões que antes só eram igualmente consideradas do âmbito privado.



Essas experiências causaram diversos confrontos entre os movimentos feministas e a esquerda, muitos deles tendo como resultado o rompimento, em termos organizativos, dessas mulheres com os mesmos, sem, contudo, romper seus vínculos ideológicos de mudança societária.

Esta é uma das características que distingue o feminismo latino-americano do europeu e norte-americano, pois dá ênfase a um projeto mais amplo de reforma social, diferentemente do predominante feminismo “pequeno burguês” que acredita ser possível adquirir uma cidadania plena apenas com a igualdade de direitos. Ao contrário, as feministas progressivas continuavam a insistir na ideia da existência de classes sociais atravessadas pelas contradições de gênero e de raça. Em outras palavras, não se reconhecia:

No feminismo pequeno-burguês, de onde advêm as teorias que atrelam a emancipação feminina ao desenvolvimento econômico, o caminho para a superação da desigualdade de sexo. O feminismo pequeno-burguês, por mais progressista que possa ser não conseguiu encarar a questão da igualdade entre os sexos em função de um tipo estrutural negador desta igualdade’ (SAFFIOTTI, 2011, p.29).

As feministas que acreditam que para superar o patriarcado é necessário igualmente superar o sistema capitalista vigente, analisam principalmente o caráter contraditório do trabalho assalariado para as mulheres sob o capitalismo, que possibilita por um lado uma independência financeira e realização profissional e por outro uma maior exploração, que envolve sobrecarga de trabalho, legitimada pela sociedade.

### **1.3.1 Mudanças no âmbito cultural e político**

O Brasil passa a viver na década de 1980 um período de redemocratização, proporcionando ao movimento de mulheres nacional, que já possuía inúmeros grupos e coletivos nas mais diversas regiões, a abertura de discussões mais amplas sobre assuntos que iam da igualdade no casamento ao

feminicídio<sup>5</sup>, aborto, sexualidade, e violência doméstica. Esses grupos em grande maioria estavam articulados com movimentos populares de mulheres que se encontravam nas periferias e favelas, e que já contavam com experiência de lutas constante por seus direitos básicos como educação, habitação, creche, saneamento, saúde.

Neste sentido, o feminismo apesar de ter sua origem a partir de um movimento de mulheres de classe média e alta, tem nas mulheres pobres e negras interlocutoras privilegiadas, que apesar de não possuírem em sua maioria uma militância com origem acadêmica, mas sim, ações políticas diárias para melhorar suas vidas e a de seus familiares, podiam ser definidas como legitimamente sujeitos públicos, modificadoras das normas tradicionais que limitam a mulher ao âmbito privado do lar (SOARES, 1998).

Em meio a essa conjuntura em 1975, ocorre a I Conferência Internacional da Mulher, no México, em que é proclamado os próximos dez anos como a década da mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, ainda neste mesmo ano, se realiza uma semana de debates sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com igual patrocínio e influência da ONU, se permitindo, após um grande período, que a organização de mulheres se desse de maneira pública novamente.

Nos anos seguintes são lançados também os jornais *Brasil Mulher*, em Londrina, no estado do Paraná, que possuía conexão ao Movimento Feminino pela Anistia<sup>6</sup> e o *Nós Mulheres*, apontados como grandes mensageiros dos movimentos feministas brasileiro.

Em 1979 A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher, a CEDAW, promulgada no Brasil por decreto, afirma ser discriminação qualquer:

Distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo, ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (ONU, 1979)

---

<sup>5</sup> Termo utilizado como sinônimo para as mortes intencionais de mulheres em razão de seu sexo.

<sup>6</sup> O Movimento Feminino pela Anistia nasce no final do ano de 1975, com a proposta de denunciar as repressões que o governo militar havia imposto aos cidadãos brasileiros. A maior parte dos militantes eram mulheres que viram os maridos serem torturados e assassinados pelo governo militar.

A convenção procura eliminar toda e qualquer discriminação inclusive nas legislações, garantindo que haja medidas concretas para que isso ocorra. Estes processos decorrem do momento inicial de transição dos governos autoritários para os governos democráticos, marcado pela reconstrução das instâncias da democracia liberal: reorganização partidária, eleições, construção de uma nova Constituição do país, eleições presidenciais entre outros, que proporcionaram a incorporação das reivindicações dos movimentos sociais na agenda desse novo Estado democrático. Assim, grande parte das feministas passam a enxergar o Estado como um potencial agente na promoção de mudanças na situação das mulheres. Encontrando por outro lado, um Estado mais aberto às reivindicações pela equidade de gênero, até mesmo pelo contexto político global, contribuindo para a criação de políticas, leis e instituições destinadas a esse fim:

Sob impacto desses movimentos, na década de 80 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero. Tal é o caso da criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, ambos no Estado de São Paulo. Essas instituições se disseminaram a seguir por todo o país. Ainda em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça. Foi também a mobilização de mulheres que levou à instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983 (FARAH, 2012, p.51).

Na formulação da Constituição Federal de 1988<sup>7</sup> o movimento de mulheres organizado também atuou na intenção de pressionar o Congresso Constituinte a levar em consideração as propostas estruturadas por elas e apresentadas ao congresso através do documento “Carta das Mulheres Brasileiras” que traziam declarações diversificadas sobre saúde, trabalho, família, violência e que se identificavam com o lema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”. A Constituição então promulgada em 1988, no Capítulo I, assegura - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5º, parágrafo 1º, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e garante a todos tratamento igual

---

<sup>7</sup>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

perante a lei. Além disso, uma série de eventos mundiais que foram importantes neste aspecto.<sup>8</sup>

Mais recentemente, a Lei Maria da Penha<sup>9</sup> (2006) surge com a finalidade de contribuir no enfrentamento à violência contra as mulheres, configurando-se também como resposta efetiva as recomendações de uma igual Convenção que ocorre em Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher) e da CEDAW.

É importante ressaltar que esses encontros e legislações fazem parte da luta incansável de movimentos de mulheres que se organizam nos cenários mais diversos. O que nos leva a dizer, segundo Costa (2005), que a partir dos anos 1990 o feminismo multiplicou seus espaços de atuação assim como seus discursos e bandeiras.

O número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, indígenas, negras, lésbicas, transexuais, sindicalistas, ecofeministas, ativistas católicas progressistas e de outros setores que se incorporam ao movimento de acordo com suas trajetórias, raças, posições políticas e ideológicas colaboram para a construção desse aglomerado de lutas que se mostram presentes nesses espaços de discussões e que contribuem para o avanço dos mesmos.

É através desse leque de lutas que a partir da década de 1990 se introduzem novas temáticas a serem pensadas no âmbito público nacional, influenciados novamente pela rápida mudança nos arranjos básicos familiares já a

---

<sup>8</sup>A IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing/ 1995) se consagrou outro marco importante para a consolidação de mecanismos legais em favor das mulheres, apesar da avaliação posterior de movimentos feministas latino americanos às propostas realizadas no evento concluindo poucos progressos e muitos retrocessos nesse âmbito; além desses, outros importantes encontros ocorreram: a Conferência Mundial dos Direitos Humanos (Viena/1993) que serviu para reafirmar os direitos humanos da mulher e da menina como inalienáveis, integrais, universais e indivisíveis. A IV Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo/1994), tendo como principal discussão os direitos sexuais e reprodutivos. A Cúpula de Desenvolvimento Social (Copenhague/1995) realizado sobre a afirmação que os efeitos da pobreza, do desemprego, da degradação ambiental, da violência, da guerra e que o desenvolvimento social e econômico não pode ser alcançado sem a inclusão das mulheres. E finalmente a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, (Durban/ 2001) que procurava enfatizar a situação das mulheres e jovens afrodescendentes e indígenas, afetadas duplamente pelo preconceito sexual e racial (Bandeira, 2005).

<sup>9</sup>A Lei Maria da Penha é um dispositivo legal brasileiro que visa a aumentar o rigor das punições das agressões contra as mulheres quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. Foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, entrando em vigor no dia 22 de setembro de 2006, Seu nome se dá em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes vítima de violência doméstica durante 23 anos em seu casamento, que a deixou paraplégica.

partir da década de 1970 nos países centrais, como a redução do desejo de ter filhos entre as mulheres, a ocorrência de aumento de famílias com um só dos pais (isto é, esmagadoramente de mães solteiras que em sua grande maioria se constituem em mulheres negras).

Segundo Hobsbawn (1986), essas mudanças não fogem as iguais mudanças nos padrões públicos internacionais, alguns exemplos concretos dessas transformações se encontram na venda de anticoncepcionais legalizada em 1971, o aborto se tornando legal em 1978, referendado em 1981 nos Estados Unidos. Assim como o aumento dos divórcios, e dos nascimentos ilegítimos. No Brasil, o aprimoramento da legislação de proteção à mulher, e a inclusão das ações afirmativas, que se concretizam nas cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e até mesmo nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, foram mais um reflexo de um processo organizado do movimento de mulheres que pressionam o Estado e lhe cobram essas políticas.

Recentemente discussões como o direito ao aborto, violência obstétrica, assédio em ambientes públicos, e feminização da pobreza tem sido parte da pauta diária das feministas, mas não necessariamente do Estado, que mesmo ao considerar essas questões não oferece respostas satisfatórias do ponto de vista emancipador, como trataremos mais à frente. Sobretudo, é importante afirmar que o Estado ainda se mostra na perspectiva de gênero como um instrumento regulador majoritariamente aliado a classe hegemônica e também masculina:

Mas o essencial nessa discussão é que, apesar do papel inegável dos lobbies feministas, tanto locais como globais, na promoção de normas nacionais e internacionais de gênero que indiretamente inspiram esses discursos estatais de pró-gênero, a incorporação da mulher ao desenvolvimento nem sempre se inspira no feminismo. Melhor dizendo, a crítica feminista à subordinação das mulheres muitas vezes se traduz e tergiversa nas práticas e discursos do Estado (ALVAREZ, 2000, p. 14).

O governo atual da Presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) que descende dos governos anteriores do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva apresentou em sua plataforma de campanha muitos compromissos para com as mulheres brasileiras, contudo, seu governo igualmente ao seu antecessor tem se revelado bastante conservador na implementação de

políticas; da mesma maneira cresce a força política dos setores fundamentalistas religiosos que procuram reforçar o papel da família tradicional, assim como dos setores políticos neoliberais que tem como objetivo frear o processo de desenvolvimento das políticas sociais

Neste sentido muitos grupos que alimentam uma perspectiva antifeminista da abordagem de gênero retomam o discurso das relações de gênero como parte de uma ordem social determinista que se constrói a partir dos papéis diferenciados entre homens e mulheres dentro da sociedade, acreditando que os papéis destinados ao feminino podem ser valorizados, mas não necessariamente transformados.

Outro setor que questiona a existência do feminismo atualmente é o que acredita ser possível mudar a sociedade e superar as injustiças através de comportamentos individuais de homens e mulheres, na lógica de que todo sofremos injustiças, este se preocupa mais em promover a unidade entre homens e mulheres do que em defender os direitos violados das mulheres fruto da desigualdade de gênero. Por último, se encontra o setor que não reconhece a centralidade das desigualdades e busca explicá-las apenas pela classe, secundarizando discussões como as de gêneros e raciais (Costa, 2005).

Diante desta conjuntura se torna mais do que necessário analisar, e compreender a realidade dessa mulher contemporânea, que possui agora diferentes contextos e desafios, mas que continua sendo moralizada e responsabilizada por suas velhas obrigações domésticas, e de cuidados.

Procurar dar respostas a estas resistências é um desafio que o movimento feminista brasileiro continuará enfrentando.

## 2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: UMA REFLEXÃO SOBRE A MULHER

Esta sessão procura problematizar a política de assistência que se direcionam prioritariamente a figura da mulher, principalmente as relacionadas ao fenômeno da feminização da pobreza, a intenção é analisar se essas políticas de fato têm caminhado em direção a um viés emancipatório ou se continuam contribuindo na reprodução de estereótipos que auxiliam nas desigualdades existentes entre homens e mulheres. Considerações acerca das políticas públicas de assistência social que tem como foco principal a figura da mulher devem debater inicialmente a maneira em que se encontra a política social atualmente, de que forma e a quem ela procura atender. Ao se adentrar no universo de elaboração de políticas públicas, a reflexão sobre a dinâmica do Estado nesse âmbito nos permite analisar mais claramente o modo como este age sobre a organização econômica na perspectiva de gênero, e na manutenção de papéis tradicionalmente aceitos na sociedade.

Dentro desta análise é preciso questionar se essas políticas atingem as mulheres num sentido universal e não apenas em pequenos setores, se buscam uma autonomia pessoal e econômica feminina, e principalmente se procuram interferir nas condições estruturais de desigualdade de gênero vencendo a lógica que prega a solução para divisão do trabalho doméstico enquanto uma busca natural que ocorre dentro de casa.

### 2.1 TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA.

“Haja hoje para tanto ontem”  
(Paulo Leminski)

As políticas sociais públicas latino-americanas são frutos das lutas de diversos sujeitos sociais, assim como medidas adotadas por estratégia do capital sobre o trabalho. Ela se faz através de uma construção histórica ao qual perpassam fortes tensões políticas entre projetos sociais, que trabalham diretamente com a questão distributiva, lidando com o tema da desigualdade e com as expressões da questão social. Não podemos alegar que a política social esteja previamente

determinada por interesses hegemônicos, pois, embora não se obtenha um conquista plena de direitos, existe uma perspectiva, apesar de limitada, de desenvolvimento crítico das mesmas, resultante do processo de luta de classes. O que não quer dizer que elas se constituam sempre de maneira favorável às necessidades da maioria da população, principalmente levando em consideração a configuração histórica da proteção social no contexto latino-americano.

O começo do século 21 traz em sua bagagem fortes lutas contra-hegêmicas no Brasil, sobretudo em relação ao incentivo à participação ativa dos grupos populares nas decisões estatais e inclusão de novas responsabilidades sociais públicas pelo o Estado. Esses coletivos envolvidos na disputa se focaram prioritariamente na destituição do autoritarismo e da privatização, deixando em segundo plano a universalização e equidade de direitos humanos e sociais, que acabaram se concretizando, em sua grande maioria, somente “no papel” e não no plano real, na América Latina (SPOZATI, 2011). A formulação de uma legislação mais progressista não garantiu em diversos países latino-americanos a efetivação de ações materialmente mais progressistas, fazendo com que valores conservadores avessos a ideia de universalização de direitos tivessem espaço. Desta maneira, novos desafios são colocados no enfrentamento da desigualdade nos mais diversos âmbitos.

Ainda que exista uma semelhança inicial, as políticas sociais da América Latina trilharam caminhos diferentes das políticas sociais da Europa, principalmente após a regulação social do pós-Segunda guerra que passou a envolver o Welfare State no continente europeu. Nos países latino-americanos essas políticas se apresentaram e se desenvolveram de maneira fragmentada e setorial, possuindo um momento histórico próprio influenciado por seu momento econômico, e pela situação de violência instaurada nas ditaduras militares, tendo suas principais iniciativas em três períodos:

a) A partir de 1920, através das demandas de trabalhadores urbanos decorrentes do processo de industrialização no: Chile, Uruguai, Brasil, Argentina e Cuba.

b) A partir de medidas que ocorreram em concordância com iniciativas européias advindas do Relatório de Beveridge nos anos de 1940 que afetaram: Costa Rica, Equador, Peru, Panamá, Paraguai,



Colômbia, México e Venezuela. Essas medidas priorizaram a instauração de sistemas paralelos de atenção<sup>10</sup>

c) No final dos anos 50 e início dos anos 60, em países como: El Salvador, República Dominicana, Honduras, Nicarágua, Guatemala, e Haiti, que instituíram as políticas sociais de maneira tardia, residual e excludente (SPOZATI, 2011).

Muitos desses países buscaram se inspirar nas políticas sociais e de assistência implementadas na Europa, ignorando a conjuntura histórica de uma região marcada pela escravatura negra e servidão indígena. Essa atitude não teve êxito e impulsionou ainda mais as desigualdades através de uma cisão social que ainda hoje é vivenciada, tendo seu início dentro da proteção social por meio do apoio direcionado a industrialização e ao trabalho formal no meio urbano, que privilegiou, em sua grande maioria, apenas trabalhadores formais brancos. A ampliação das políticas sociais em diversas áreas, incluindo a assistência se coloca então como algo novo no território latino americano, que se detinha anteriormente à legislação social do trabalho e educação:

Estima-se que a população indígena na América Latina esteja entre 40 e 50 milhões e os afrodescendentes em 150 milhões. Estas populações são particularmente vulneráveis.

Somente no Uruguai e Argentina e na fase anterior as ditaduras, é que cresceu o alcance dos sistemas de proteção, uma vez que essas sociedades se aproximaram do pleno emprego. Todavia, sua regulação social foi baseada na condição do trabalho formal e não na cidadania (SPOSATI, 2011, p. 106).

Baseada em uma situação de pleno emprego, que não se concretizou, essa concepção de política se mostrou contrária a concepção da política social enquanto um instrumento de efetivação de direitos, pois não leva em consideração todas as etapas de vida dos cidadãos, sua história e singularidades.

No Brasil a política social de assistência que ocorre nesse contexto, tem seu grande marco histórico na Constituição Federal de 1988, que integrada ao tripé

---

<sup>10</sup> Sistema focalizado ao lado de universal.

da Seguridade Social<sup>11</sup> ao lado das políticas de Previdência e Saúde, se concretiza dentro do campo de direito dos cidadãos, sendo assim oferecida pelo Estado

**Art. 203** - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

**I** - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

**II** - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

**III** - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

**IV** - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

**V** - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2014).

Após cinco anos da promulgação da Constituição foi aprovado também por meio de mobilização de profissionais, usuários e alguns parlamentares, a Lei Orgânica da Assistência Social, que dentro de seus objetivos prevê a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS<sup>12</sup>), outra vitória no âmbito da assistência.

Essas conquistas, contudo, logo sofrem os reflexos de um momento histórico que possui fortes influências neoliberais nos países latino-americanos, esse momento redimensiona a política de assistência a uma dinâmica focalista e assistencialista que diverge da visão construída na base da política de seguridade. Esta forte reação burguesa ligada também a uma crise do capital desencadeia alguns movimentos (BEHRING, 2011) dentre eles:

- A contrarreforma do Estado que proporcionou um desvio dos fundos públicos para obter as condições necessárias a produção e reprodução do capital, dificultando a realização de políticas sociais

---

<sup>11</sup>Conjunto de políticas sociais que inclui: Assistência, Previdência e Saúde.

<sup>12</sup>O SUAS é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome (MDS) e é elaborado enquanto um sistema público que atua de forma descentralizada na organização dos serviços socioassistenciais no Brasil, é ele também articula os três níveis do governo para o financiamento e execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

com caráter universal, na tentativa de deslegitimar a lógica do direito. Esta ação vem acompanhada de mudanças na estrutura tributária dos países, que passam a apresentar um caráter fortemente regressivo, prejudicando ainda mais a capacidade de redistribuição de renda das políticas sociais.

- A realização de uma reestruturação produtiva é também um movimento que cria novamente ótimas circunstâncias para a exploração da força de trabalho, aumentando o contingente de pessoas sem meios de satisfazer suas necessidades básicas. Neste bojo podemos afirmar que essa ofensiva sobre o mundo do trabalho contribuiu para o enfraquecimento da consciência de classe e lutas sociais, abrindo espaço para uma reinvenção neoliberal das políticas sociais, regida pela lógica da acumulação capitalista, encontrando suas respostas para a questão social através da criminalização da pobreza, seguido do aumento da população carcerária, entre outros. Podemos igualmente destacar o movimento de mundialização do capital, que atua por meio das retomadas das taxas de lucro das empresas. A recentralização do social no mercado favorecendo a privatização em diversos âmbitos, tanto no campo lucrativo como não lucrativo, é outro movimento que reflete a influencia que as ditaduras militares nos deixaram, juntamente com as orientações neoliberais do Consenso de Washington<sup>13</sup>.

As tendências neoliberais deste período impulsionaram a fragmentação das políticas sociais, que acabaram por se desenvolver acostumadas a um processo de elaboração separado uma das outras, facilitando a entrada das ONGs e empresas privadas que passam a ocupar uma posição privilegiada nesse cenário. Esses acontecimentos somados a uma desigualdade histórica latino-americana possibilitaram a distância entre os direitos formais e os reais mencionados anteriormente, facilitando o desdobramento das políticas sociais de direitos em políticas de combate a pobreza, voltadas para a redução da miséria e alta precarização, que não procuram debater a alta acumulação.

---

<sup>13</sup>Consenso de Washington é um conjunto de medidas neoliberais formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington, EUA, direcionadas a orientar os países latino-americanos.

Nesse cenário foram colocados alguns desafios principais a universalização de políticas sociais tradicionais, dentre eles:

1. A assimilação das políticas às demandas de direitos humanos, principalmente relacionadas ao recorte de gênero e suas reproduções sociais: a questão de gênero enquanto objeto de políticas públicas se dá de muitas maneiras, dentre elas, se encontra a feminização da pobreza que está relacionada a centralidade da mulher nos programas sociais e de transferência de renda que será tratado mais a frente.

2. A necessidade de se expandirem em qualidade e quantidade, e a necessidade de uma desmercadorização das condições de acesso e efetivação dessas políticas.

No que diz respeito à desmercadorização das condições de acesso se faz importante lembrar o quanto é preciso que exista condições materiais para que os indivíduos consigam acessar as políticas, isto é, não basta que existam postos de saúde nos bairros e comunidades, é preciso que haja um transporte de fácil acesso para aqueles que, por alguma razão, não possuem meios de locomover até as unidades, assim como médicos especialistas para aqueles que necessitam. Na área da educação é necessário não somente a disponibilização de docentes e espaço físico para a realização das aulas, é preciso o acesso a alimentação, uniforme, material escolar que devem ser oferecidos sem que essas ações sirvam de discriminatória da política setorial direcionada aos mais pobres (SPOZATI 2011).

Garantir essas pré-condições é fundamental, pois é preciso transpor a ideia de que a família, e dentro dessa família a figura da mulher em especial, exerça a responsabilidade de criar meios de acesso a programas e políticas a seus membros. A centralidade da figura feminina nos programas de transferência de renda se mostra como uma debate central, uma vez que a mulher ao ser privilegiada nessas ações por uma ótica que a vislumbra novamente enquanto provedora de

cuidados, se vê presa a uma reprodução de estereótipos de gênero que costumam transpor suas demandas em políticas familistas<sup>14</sup>.

A política de Assistência não raramente também são visualizadas neste campo como executor dessas pré-condições, no sentido de se configurar enquanto um espaço de auxílio aos precarizados. A ideia de que a assistência social seja uma política auxiliar as demais é defendida, inclusive, por alguns profissionais da área. Essa concepção caminha em sentido contrário a construção do SUAS, que ao reconhecer a assistência social enquanto um campo de direitos estabelece atribuições próprias a mesma. Quando se afirma que as políticas sociais estão se “assistencializando” numa nítida referência de que a assistência social não é política social, se reforça a atual tendência neoliberal que privilegia os programas residuais e seletivos que retomam os princípios de menor elegibilidade e testes de meios da antiga Lei dos Pobres, na realidade, as políticas sociais não estão se “assistencializando” e sim, estão sendo capturadas por uma ideologia que incentiva a privatização e focalização de benefícios e serviços (PEREIRA, 1996).

A iniciativa de privilegiar os programas seletivos na área da assistência social faz parte de uma reestruturação do conceito de política social, essa reestruturação privilegia a pobreza absoluta, já discutida anteriormente no presente trabalho, que se distancia da concepção de Seguridade:

(...)a mudança do estatuto teórico da questão social, que passa a ser cada vez mais reduzida à pobreza vista como ausência de capacidades, e a dimensão internacional da centralidade do combate à pobreza como estratégia de regulação dos custos do trabalho sob a dinâmica da financeirização excludente [...] traz sérias implicações simbólicas e práticas para a implementação da Política Nacional de Assistência Social, que, enquanto política pública, constitui-se em um caso paradigmático da mudança de concepção de política social no cenário brasileiro a partir da Constituição de 1988, haja vista que as ações assistenciais foram utilizadas historicamente como instrumento eleitoral e moeda de barganha populista (MAURIEL, 2010, p.174).

A crítica direcionada a ênfase à pobreza, mais particularmente a pobreza absoluta, não se encontra necessariamente em sua categoria de análise, e sim no

---

<sup>14</sup> Concepção que afirma ser a família o fundamental da ordem social, devendo ser preservada, mantida e fortalecida por todos os meios.

tratamento direcionado aos “pobres”, que por vezes são resumidos a assistidos, descontextualizados e des-historicizados, submetidos a uma nova vigilância moral que não prevê a generalização dos direitos sociais, mas somente ações emergenciais.

A pobreza nesse âmbito não é discutida por meio de debates estruturais, e sim apenas enquanto objeto técnico, impossibilitando que haja um entendimento do pauperismo da dinâmica estrutural de produção de riqueza (MAURIEL, 2010). Um real combate à miséria e pobreza traz consigo políticas sociais econômicas e não apenas sociais, ou seja, as políticas de erradicação da pobreza caso não sejam combinadas a mecanismos redistributivos de riqueza não possuem real enfrentamento nesse campo. O que nos leva ao raciocínio de que se há uma valorização acerbada direcionada as análises técnicas da pobreza, elas devem ocorrer com objetivos que vão além da busca a uma eficácia na elaboração e execução dos programas.

A pobreza no Brasil possui um longo histórico assim como uma grande extensão. A persistência de uma pobreza enraizada dentro de uma sociedade que no decorrer de seu desenvolvimento vivenciou anos de industrialização, urbanização, modernização institucional, assim como experiências de mobilização populares que decorreram em conquistas de direitos humanos e trabalhistas, é um ponto de estudo para muitos estudiosos da área social, pois apesar de todo esse desenrolar a pobreza recente brasileira ainda emerge de seus tradicionais lugares: das margens do mercado de trabalho, do mundo rural, do mercado informal, nas regiões nordestinas que ainda vivenciam o duro legado oligárquico, da população negra, das mulheres que ainda ocupam as posições subalternas no mercado de trabalho e fora dele, etc., dos indícios de uma configuração excludente que guiou a entrada do país no mundo capitalista (Telles, 2001). É fato que apesar da conservação das expressões da pobreza tradicionais ela também se mostra através de manifestações modernas, como o empobrecimento dos trabalhadores urbanos que participam do centro dinâmico da economia do país.

Independente do foco colocado, a pobreza e, sobretudo, o crescimento dela, não deixa de aparecer nos discursos atuais do Estado e do meio empresarial, como uma sombra que impede o país de chegar a um novo patamar de desenvolvimento. Esses debates em sua maioria não perpassam o nível da provisão

do mínimo social, que garanta a sobrevivência aos indivíduos que fazem parte desse segmento, negligenciando um debate público mais amplo, que coloque em cheque nossa organização social, envolvendo justiça, igualdade e equidade. Prefere-se enxergar a pobreza enquanto um problema malvisto, que não possui causas ou responsáveis além dos próprios atingidos por ela.

Quando se realiza esta lógica se torna mais fácil negar os vínculos entre política social e econômica, relativizando as expressões da questão social resumindo-a de forma atemporal e desterritorilizada. Cria-se, desta maneira, uma “fórmula” para lidar com os problemas enfrentados pela parcela pobre da população que deve funcionar independentemente de seu momento histórico e da parte do mundo em que for aplicada:

Tais postulados não são frutos de uma cegueira involuntária, como ilustra Saramago (1995) em sua ficção. Ao contrário, possuem grande eficácia ideológica, pois conseguem deixar difusas as origens da riqueza (“lícita” ou não) e se tornam poderoso obstáculo a alianças políticas e movimentos sociais que se posicionem contra a forma dominante de apropriação de riqueza. Nesse “clima” metafórico, torna-se possível realizar a proteção dos muito ricos. (MAURIEL, 2010, p. 174).

Na base dessa discussão está a concepção teórica intitulada de “liberal revisitada”<sup>15</sup>, que trabalha em cima da ideia de cidadãos autônomos, possuidores de igualdade de oportunidade, ou o direito a possibilidade, tendo o indiano Amartya Sen<sup>16</sup> como um de seus principais defensores.

Na concepção “liberal revisitada” se incentiva a coexistência de políticas sociais universais e focalizadas, incorporando internacionalmente o combate à pobreza como foco central da proteção social. As políticas universais apenas possuem espaço quando existem para garantir a aptidão dos cidadãos, possibilitando um ponto de partida inicial igual a todos, exemplo, o sistema público de educação, visto enquanto um direito importante para esses teóricos, mas somente até o nível fundamental.

---

<sup>15</sup> Werneck Vianna (2008)

<sup>16</sup> Pensador cujas ideias servem de base a teoria do desenvolvimento humano, propagada por organismos econômicos multilaterais como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Banco Mundial.

Para Sen a desigualdade econômica se difere da desigualdade de capacidades (potencialidades), e é esta segunda que deve ser igualada, para que os indivíduos possuam competências individuais ao conduzirem suas vidas, suprindo suas necessidades básicas. Esse entendimento supõe que ao possuir a capacidade de se capacitar/habilitar os sujeitos se “empoderam” e desenvolvem o exercício de sua cidadania. Neste raciocínio, se chama atenção novamente às expectativas colocadas sobre o indivíduo pobre que se descolam das condições materiais reais dos mesmos. Quando não se trabalha com a movimentação da renda, como é caso, se mantém o atual padrão de acumulação, que regula o comportamento econômico, civil e político dos indivíduos de baixa renda, garantindo uma inserção precária dessa população na ordem econômico-financeira contemporânea (MAURIEL, 2010).

A incorporação da monetarização de benefícios que substitui a prestação de serviços é outra consequência e desafio da redução da política social a política de combate à pobreza. O apoio ao beneficiário caminha junto ao investimento na circulação de mercadoria, esse gerenciamento de políticas monetárias passa a se assemelhar a uma gerência financeira, aonde o indivíduo assistido deve fornecer dados e documentos a fim de cumprir condicionalidades, enquanto o agente social que o atende deixa de lado seu papel educativo para executar sua função de distribuidor de benefícios por critérios programados, sem possuir interferência sobre a resolução do programa eletrônico utilizado (SPOZATI, 2011).

Este investimento na circulação de mercadorias aumenta igualmente o consumo das famílias de todas as classes sociais, especialmente das mais pobres, porém, não se afeta o princípio da desigualdade:

Este crescimento do consumo, analisado isoladamente, está relacionado, segundo os analistas do próprio IBGE, ao aumento no salário do trabalhador e aos incentivos de programa de transferência de renda. A nosso ver, estas estatísticas, além de exigirem uma análise de série histórica, deveriam ser apresentadas considerando outras variáveis, a exemplo do acesso ao crédito e capacidade de endividamento das famílias (MOTA, 2012, p.168).

Ou seja, na América Latina cresce a capacidade de consumo de seus cidadãos, sem, contudo, aumentar igualmente o acesso a riqueza socialmente construída. Esse “novo” entendimento e organização de assistência que prioriza os programas de transferência de renda, mas especificamente o Bolsa Família, no caso



do Brasil, como veremos adiante, reforça, os princípios e conceitos que fazem parte da teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen. O cálculo que dentro desses princípios separa o “pobre do mais pobre” trabalha através de uma distorção de direitos, que desloca o foco das lutas pelo o acesso a riqueza socialmente produzida.

Ao trabalharmos com a noção de desacordo existente em relação à transmutação das políticas sociais em políticas de combate à pobreza, não se pretende afirmar que uma política social possa superar a pobreza, uma vez que entende-se a pobreza como em uma questão multidimensional propagada em um sistema econômico, cuja solução não se encontra ao alcance da política social. Contudo afirmamos que a discussão dessa focalização é extremamente necessária para que não se retire uma condição de direito e cidadania conquistada por meio de lutas da população e nem se criminalize esses sujeitos. Por outro lado, o pensamento de que programas de combate à pobreza, como o Bolsa Família no Brasil, não trouxeram nenhum benefício a população mais pobre também é falsa. Por hora, vale reconstruir as primeiras iniciativas governamentais que deram origem a este programa e a atual política de assistência em nosso país.

Os primeiros anos do Governo Lula no Brasil tiveram exatamente como um de seus temas principais os debates acerca da disputa em relação aos rumos que sua estratégia social deveria tomar. O conflito se dividia entre focalização e universalização, e possuía defensores declarados a focalização dentro do núcleo dirigente do governo, exemplo do Ministério da Fazenda que abertamente optava por um “Estado Mínimo”. Este panorama se deu principalmente devido a falta de clareza na definição da estratégia social que seria adotada, que inicialmente trazia o “Programa Fome Zero” como ponto de partida:

Com larga abrangência, o Fome Zero pretendia catalisar uma diversidade de ações desenvolvidas por diversos ministérios setoriais. Observa-se que, além da transferência direta de renda (Cartão Alimentação), atuaria nas seguintes: reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar, programas de desenvolvimento territorial, programas de geração de trabalho e renda, desoneração tributária de alimentos, merenda escolar, programas de alimentação do trabalhador; produção para o consumo próprio, bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, construção de cisternas para armazenamento de água (FAGNANI, 2011, p.10).

A centralidade do Fome Zero teve um curto período, já no ano de 2003 ele foi substituído pelo Programa Bolsa Família, que a partir daquele momento passa a ser a política social de maior destaque no governo Lula e posteriormente no governo Dilma. Mas no que consiste o Programa Bolsa Família? Antes de adentrarmos nesta questão é importante resgatar alguns componentes da atual Política de Assistência no Brasil.

O SUAS possui um importante papel na Política de Assistência brasileira, ordenando suas ações na assistência social através de dois principais eixos protetivos: a Proteção Básica (PB) e a Proteção Social Especial (PSE).

A Proteção Social Básica, que diferentemente da PSE, tem como objetivo a prevenção de situações de risco através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Ele é reservado ao segmento da população que vive em situação de vulnerabilidade social, seja pela ausência de renda, pobreza, pouco ou nenhum acesso a serviços públicos, ou por discriminação em decorrência de sua condição de deficiência física, étnica, etária, de gênero, entre outras. Esta Proteção desenvolve serviços, programas e projetos locais que vão do acolhimento a socialização de família e indivíduos<sup>17</sup>. Os Benefícios eventuais, e o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS/TRABALHO se constituem dentro da Proteção Social Básica, que atua por meio de distintas unidades, ao qual se destaca o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) também compõe a proteção social básica, possuindo uma grande importância estratégica por introduzir serviços assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), entre outros benefícios assistenciais, e programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, que tem uma função central dentro das políticas de assistência.

A Proteção Social Especial é designada a famílias e indivíduos em situação de risco social ou pessoal, que já tenham tido seus direitos violados ou

---

<sup>17</sup>Serviços de Proteção Social Básica: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

ameaçados, atuando de maneira protetiva, a PSE oferece acompanhamento familiar e individual, diferenciando suas ações de acordo com níveis de complexidade. O nível de média complexidade oferta atendimento e serviços a sujeitos que mantêm seus vínculos familiares, ainda que fragilizados<sup>18</sup>; e o nível de alta complexidade que oferta atendimento para sujeitos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos que necessitam de acolhimento provisório, fora de seu âmbito familiar.<sup>19</sup> O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) se constitui na unidade pública estatal que disponibiliza gratuitamente serviços da proteção especial, ele também coordena e fortalece a cooperação dos serviços com as demais políticas de Assistência Social entre outras.

O financiamento dessas políticas é alocado do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), assim como dos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social, que se fundamentam como unidades orçamentárias. No ano de 2012, foi destinado para Assistência Social 3,15,% do PIB nacional<sup>20</sup>, deste percentual, 0,46% foi utilizado somente para o Programa Bolsa Família<sup>21</sup>, esse montante que a princípio parece pouco absorveu no ano de 2012 a quantia de R\$ 262,6 milhões, no ano de 2014 os valores do benefício terão igualmente um reajusta de 10% que teve efeito a partir do mês de junho . Uma quantia realmente relevante dentro de uma política que ainda é recente e que por isso ainda carece de muitos investimentos estruturais para se firmar.

Dito isso, retomamos a questão apresentada anteriormente sobre o que consiste o Programa Bolsa Família, carro chefe das propagandas ligadas à área de assistência dos governos Lula e Dilma. E é sobre essa questão que nos debruçaremos a partir de então.

---

<sup>18</sup>Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

<sup>19</sup>Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergencial.

<sup>20</sup> Dados disponíveis em: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>

<sup>21</sup> Para as outras políticas de Seguridade Social foram destinados do PIB nacional de 2012, 22,47% a Previdência Social e 4,17% para a Saúde.

## 2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

“De fato, como podia  
 Um operário em construção  
 Compreender por que um tijolo  
 Valia mais do que um pão?  
 Tijolos ele empilhava  
 Com pá, cimento e esquadria  
 Quanto ao pão, ele o comia...  
 Mas fosse comer tijolo!  
 E assim o operário ia”  
 (O operário em construção – Vinicius de Moraes)

Os Programas de Transferência Condicionada de renda (PTCR) iniciaram no Brasil no ano de 1995, e foram administrados desde então por todas as esferas do governo e por cinco ministérios diferentes que não possuíam muita articulação entre si (SOARES, 2012). A partir de 2004 o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) foi suprimido, enquanto o Ministério da Assistência Social alterou seu nome para Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) este gabinete passou a possuir a tarefa de articular as ações realizadas na área da Assistência Social, Segurança Alimentar e de transferência de renda.

No ano de 2005 se obtém a ratificação da Nova Política Nacional de Assistência, a instauração do SUAS e do Sistema Único de Segurança Alimentar e Nutricional, essas ações fazem parte do desenvolvimento complementar da LOAS, com forte influencia na criação do Programa Bolsa Família,

O Programa Bolsa família surge em meio a um contexto latino americano que busca reduzir pela metade sua extrema pobreza até o ano de 2015. Se compõe enquanto um Programa de Transferência Condicionada de Renda administrado pelo MDS juntamente com o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, criado como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, que conta com uma Secretaria-Executiva, com a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa em parceria com os estados e municípios.

O Programa possui dois primeiros objetivos oficiais: combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres. Conforme o

documento do Banco Mundial “The Nuts and Bolts of Brazil’s Bolsa Família Program: Implementing Conditional Cash Transfers in a Decentralized Context”, esses objetivos trabalham no sentido de uma quebra da transmissão inter-geracional da pobreza por meio de incentivos e empoderamento de famílias beneficiárias (GOMES, 2011).

Ele vai se estabelecendo a partir do ano de 2004 como a junção de vários programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Escola, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação, gerados pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Podemos dizer que a campanha presidencial de Lula, de início, já não se pautava prioritariamente nas conquistas efetivadas na Constituição de 1988 na área da assistência social, levando em consideração que combate a fome era seu principal objetivo enquanto estratégia social. Contudo, a mudança de matriz do Programa Fome Zero, que apresentava diversas ações que seriam executadas igualmente por diversos ministérios, exemplo da reforma agrária, em detrimento ao Programa Bolsa Família, fortaleceu a concepção de tática única, seguindo a lógica defendida pelo Ministério da Fazenda e de certa forma reprisando a política do presidente FHC.

Logo, podemos perceber que a criação do Programa Bolsa Família não se deu a partir do zero, as experiências de políticas nesta direção se fez na história brasileira através de alguns programas de transferência de renda, como o projeto do Senador Eduardo Suplicy de 1991, para a execução de um programa de renda mínima.

Este projeto que daria origem a tantos outros programas previa um mecanismo que provesse uma renda mínima garantida para as pessoas adultas que não alcançassem um nível definido de rendimentos, independente de estarem empregadas ou não.

Segundo Suplicy esse instrumento já era defendido mundialmente por muitos economistas de diferentes tendências, e também por pensadores brasileiros, trazendo como um de seus diferenciais o direito ao próprio beneficiário de escolher como iria gastar o dinheiro recebido, levando em consideração que este saberia o que era sua necessidade prioritária, diferente da maioria dos benefícios até o momento executados.

Assim, é possível perceber a semelhança em relação à proposta formal do Programa Bolsa Família. Além disso o PBF teve seu modelo de início desenvolvido e inspirado no México em um programa atualmente chamado “Oportunidades”. Em média 12 países apresentam na América Latina programas similares.

O Programa inicia com cerca de oito milhões de famílias beneficiárias, em média uma de cada seis famílias brasileiras existentes no período, absorvendo muitas outras com o passar dos anos, em 2012 chega a aproximadamente 15 milhões de famílias atendidas, uma em cada quatro famílias brasileiras (SOARES, 2012).

Apesar do PBF possuir um papel não só de sobrevivência mas também de saída de uma situação de dependência pessoal (de outros membros da família, de coronéis, de instituições de caridade), sua eficácia em relação à redução da desigualdade corresponde, desde o ano de 2001, a cerca de 21% a 16% do total da queda da mesma no Brasil, contudo, o impacto sobre a pobreza (analisado proporcionalmente) é pouco, visto que apenas 8% da diminuição da pobreza podem ser considerados consequência do mesmo (SOARES, 2012).

Conforme Soares (2012) este número faz jus ao baixo valor dos benefícios, que não contribuem de fato para que as famílias pobres consigam ultrapassar a linha de pobreza. Outra verificação que o autor faz é que o Programa pouco teve efeito sobre os casos de desnutrição alimentar, valendo-se dessa verificação a outros PTCR na América Latina como o Progresas do México, que igualmente não atingiu este objetivo.

Em compensação o PBF não obteve os efeitos negativos que muitos críticos previam, como servir de impulso a desmotivação à participação no mercado de trabalho, aumento da fertilidade dentro das famílias, ou até mesmo em relação a uma eficácia eleitoral significativa, visto que mesmo o programa aumentando o número de votos a Lula e Dilma nas últimas eleições, a margem de votos a favor de ambos era ampla o suficiente para que eles vencessem independente deste fator.

Os benefícios do Programa Bolsa Família são divididos em quatro tipos: Básico, Variável, Variável Vinculado ao Adolescente, incluído tempo depois, ao qual insere os jovens com 16 e 17 anos e o de Superação da extrema pobreza, que é calculado caso a caso. Esses benefícios são pagos de acordo com a composição familiar e renda familiar, que se apresenta como a principal condição para o seu

recebimento, ao qual é instituída uma per capita mensal em até ½ salário mínimo. Diferente da maior parte dos benefícios desenvolvidos anteriormente<sup>22</sup> o atendimento a família é feito de forma integral, e não individual, ao qual eram levados em consideração critérios como idade e sexo.

Propõe-se, então, uma abordagem realizada sem fragmentação, isto é, todos os membros da família são inseridos como público-alvo, e não mais cada um isoladamente. Neste sentido se reforça a idéia ancorada na LOAS e nas PNAS, do papel de destaque da matricialidade sócio-familiar.

Essa centralidade do papel da família não ocorreu somente no Brasil, mas sim em grande parte da América Latina, as famílias nesse contexto adquiriram a posição de sujeito central nas políticas sociais, e na elaboração dos benefícios e serviços assistenciais.

A partir desta análise é necessário se perguntar qual o verdadeiro papel que elas possuem nessas ações e se de fato ocupam uma posição de protagonismo enquanto sujeitos ativos na elaboração e execução dessas políticas e programas, ou se apenas recebem os mesmos de maneira que necessitam se encaixar em seus critérios.

A política de assistência social, dentre elas o Programa Bolsa Família, vale-se da família, em sua maioria da família nuclear<sup>23</sup>, como elemento primordial de sua ação, contudo, poucas iniciativas dentro do Estado são vistas para incentivar e organizar a mobilização popular na busca de estimular um protagonismo dessa parcela da população na construção, implementação e fiscalização dessas políticas e programas direcionadas para elas (PAIVA et al. 2009).

Ainda que a família seja o alvo principal do PBF, o Estado reconhece abertamente o destaque da mulher no núcleo da família e do Programa, situando ela enquanto responsável legal e prioritária para o recebimento dos benefícios, o que acontece em 95% das famílias beneficiadas, sendo a maioria delas também chefiadas por essas mulheres, segundo pesquisas do IBGE.

Outro aspecto importante, é que diferente de outros países latino americanos, o Bolsa Família enquanto um Programa de Transferência de renda está instituído segundo uma norma legal federal, a lei nº10, 836, de 2004, o que lhe

---

<sup>22</sup> Exemplo: Bolsa Escola e Bolsa Alimentação.

<sup>23</sup> Família considerada “tradicional” constituída de pai cisgênero, que exerce o papel do provedor, mãe cisgênera, no papel da cuidadora e filhos.

permite uma estabilidade maior. O Controle social do Programa é realizado pelas Comissões Municipais intersetoriais e paritárias, enquanto a Caixa Econômica Federal (CEF) é encarregada de efetuar os pagamentos.

As prefeituras através das secretarias municipais de Assistência Social são responsáveis pelo cadastramento das famílias e atualização da base de dados do Cadastro Único, pelo qual o MDS irá selecionar as famílias a serem beneficiadas. As prefeituras também devem acompanhar a execução das condicionalidades exigidas para obtenção dos benefícios. As condicionalidades se referem à participação e acompanhamento dos pais em relação a saúde e estado nutricional de seus filhos, incluindo o compromisso com a vacinação, e pré-natal; em relação a educação, deve-se realizar a matrícula e manter a frequência<sup>24</sup> escolar das crianças no Ensino Fundamental, procurando manter uma participação nas ações de educação alimentar:

O Bolsa Família é apontado como o maior da nova geração de programas sociais da América Latina, baseado no princípio da “transferência condicional de dinheiro”(CCT, sigla em inglês para *Conditional Cash Transfer*). A condicionalidade, aqui, refere-se às contrapartidas exigidas nas áreas de educação e saúde, principalmente (WEISSHEIMER, 2006, p.49).

Essas exigências para o acesso a um direito previsto por lei acabam por supervalorizar a provisão social, colocando-as próximas a uma norma de mercado, onde se permite mercantilizar todos os bens. De um lado da troca o comportamento das famílias pobres, que são intituladas responsabilidades, de outro, os apoios governamentais intitulados de direitos. A lógica dessa política retorna a máxima que alega ser necessário o não incentivo a dependência do assistido, e sim, um estímulo ao disciplinamento, a fim de que esse indivíduo ou grupo de indivíduos possam ser de certa forma educados e considerados digno de cidadania:

Nossas considerações indicam que reair ingressos e inserir mecanismos de mercado na relação socioassistencial, desfigurando o princípio da gratuidade e da universalidade desse direito social, constitui-se parte da lógica de contratualização propugnada pelos esquemas neoliberais, peculiarizada pelos conhecidos mecanismos

---

<sup>24</sup> A frequência escolar neste caso refere-se à obrigatoriedade de cumprimento de 85% da carga horária para as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e 75% para os estudantes de 16 e 17 anos.



de ativação, que passam a compor a agenda técnicopolítica das principais estratégias de transferência de renda. (PAIVA, et al. 2009, p. 09)

Quando as tarefas diárias no âmbito do cuidado, assim como o reconhecimento da importância da convivência familiar e comunitária se configuram enquanto objetos da política de assistência social, não raramente acabam por reproduzir discursos de cunho moralistas aos quais se desconectam do contexto histórico, se configurando enquanto um demarcador conservador e tutelador da política social (PAIVA et al. 2009). Nesses casos não é raro encontrar intervenções da área assistencial direcionadas a palestras a respeito de higiene pessoal, até grupos de discussão a respeito de “como educar seus filhos”. Essas ações têm como objetivo “endireitar” a atitude dessas famílias dentro de suas casas, reproduzindo a velha origem da Assistência Social.

Da mesma maneira, nas políticas públicas destinadas a erradicação da pobreza se encontram algumas definições da instituição família, mas em nenhuma delas se descreve algum tipo de incentivo em relação à divisão de tarefas e responsabilidades no âmbito privado.

Conseqüentemente se ignora o tempo necessário para a reprodução da vida cotidiana, como a necessidade de cuidar dos doentes, lavar roupas, preparar alimentos, se presumindo, que “alguém” cumprirá essas tarefas, historicamente destinadas às mulheres. Não é de se estranhar que as mulheres pobres no geral, organizem suas vidas de forma que consigam conciliar diversas funções, como trabalho e cuidados domésticos, dentre eles a garantia dos cumprimentos das condicionalidades exigidas por programas como o Bolsa Família.

Um dos objetivos do Programa caminha na direção de uma promoção de igualdade de gênero, vide a preferência a mulher dentro do núcleo familiar na titularidade do benefício, no entanto, para muitos, esta intenção permanece no plano das ideias.

## 2.3 O DEBATE EM TORNO DO GÊNERO

“Ser mulher é ser mulher”  
Luzia, Severinas.

A reunião realizada no ano de 2000 em Lima (Peru) para debater e avaliar os progressos nas políticas públicas já alcançados na América Latina desde a Conferência Internacional de mulheres conhecida como Beijing +5, patrocinada pela ONU, atingiram na visão das ONGs feministas, um desfecho negativo. Para elas os governos latino americanos participaram deste encontro muito mais com o intuito de modificar o que havia sido acordado na plataforma de Beijing 1995<sup>25</sup>, no sentido de retrocesso, do que de fato realizar algum tipo de avaliação do que já havia sido feito. Poucos avanços e muitos recuos na área das políticas públicas tornaram-se a principal conclusão obtida neste encontro.

Podemos afirmar que na América Latina quase todos os países possuem planos nacionais de equidade de gênero que incluem, por exemplo, leis direcionadas ao combate a violência contra a mulher e intrafamiliar e programas destinados a mulheres em situação de vulnerabilidade, no entanto, como notado na reunião do ano 2000, a maioria dessas ações tem se mostrado consideravelmente focadas, instáveis e superficiais, inclusive no sentido de não possuir um compromisso orçamentário que se dê de maneira explícita.

O conceito gênero aplicado por esse viés dentro das políticas públicas acaba por se converter a mais um termo do vocabulário técnico de planejamento, fazendo parte de um conjunto de indicadores neutros do desenvolvimento, em vez de representar um espaço minado de relações desiguais de poder (ALVAREZ, 2000). Este desenrolar dentro das políticas direcionadas às mulheres frequentemente lida com as conseqüências de relações desiguais entre os sexos estabelecidas historicamente, como algo incomum, e não como produto próprio do capitalismo patriarcal.

Uma amostra é o tratamento destinado a violência contra às mulheres, que em geral, são analisadas enquanto um problema psicológico individual do agressor, fazendo com que a versões de leis decretadas a este respeito costumem procurar fortalecer os vínculos familiares, na tentativa de solucionar pacificamente

---

<sup>25</sup> Disponível em: [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf)

uma chamada incapacidade afetiva, social e psicológica, que desconsidera as relações centrais de poder de gênero, ao qual se reproduz uma expressão da subordinação feminina.

Essas leis acabam por participar, mesmo que de maneira sutil, de mais uma violação dos direitos humanos das mulheres, tendo como um de seus estímulos a tentativa de conservar a família tradicional nuclear, negando aos modelos alternativos boa parte das políticas destinadas a grupos familiares.

Esta nova formatação no discurso do Estado pode ser encontrada também nas políticas direcionadas às mulheres consideradas vulneráveis<sup>26</sup>, mesmo que de maneira indireta. Apesar de não interferir abertamente nos direitos humanos, muitas dessas políticas acabam por reforçar o papel social da mulher pobre. Nas políticas que auxiliam a incorporação da mulher no mercado de trabalho, por exemplo, é comum que elas sejam direcionadas a cargos subordinados:

Os empregos para os quais são “capacitadas” estão nos setores mais precários, mais mal-pagos da economia, como no caso dos inúmeros projetos de microempresa ou de capacitação profissional que treinam mulheres para serem melhores faxineiras nos hotéis, melhores garçonetes nos restaurantes, melhores aí significado “mais passivo”, “mais submissas” (ALVAREZ, 2000, p. 20).

Esses programas que tem como objetivo formal a libertação dessas mulheres de suas situações precárias de vida, acabam por direcioná-las a trabalhos mal-pagos e com pouco status social. A maioria do público atendido por eles é constituída por mulheres pobres e negras, que provavelmente serão levadas a procurar novamente a Assistência Social no futuro, grande parte pela ineficiência dessa alternativa que lhes é oferecida.

O Programa Bolsa Família é considerado uma importante demonstração de política de transferência de renda, que traz como eixo central a figura da mulher enquanto sua principal titular, responsável pelo benefício, e pela função de cumprir as condicionalidades que ele exige ao grupo familiar. Este direcionamento aplicado pelo PBF pode ser explicado através da multiplicação dos estudos direcionados a área de gênero, e de uma maior visibilidade mundial em relação à situação de

---

<sup>26</sup> O significado de “mulheres vulneráveis”, por vezes, tende a definir aquelas mulheres que se distanciaram do modelo patriarcal dominante, e que são então excluídas do acesso a maioria das políticas neoliberais que predominam (ALVAREZ, 2000)

mulheres em estado de pobreza ou extrema pobreza, por muitos estudiosos denominado de “feminização da pobreza”.

A compreensão deste fenômeno auxiliou para que a categoria gênero passasse a ser utilizada também pelas agências de cooperação internacional, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial como foco de ações direcionadas a redução da miséria, se convertendo assim em uma nova diretriz de ingresso a recursos que segundo eles, fundamentalmente necessitam de estratégias que caminhem para um viés de “empoderamento”, “autonomia individual”, “emancipação” e “protagonismo” (SOARES, 2011).

O termo feminização da pobreza foi mencionado pela primeira vez em um trabalho redigido pela investigadora Diana Pearce, no ano de 1978, que levava o título de “The feminization of poverty: Women, work, and welfare.” O estudo se preocupava em descrever estatisticamente o aumento de casas chefiadas por mulheres (de 10.1% para 14% em um período de 26 anos) nos Estados Unidos, a autora também procurava descrever a condição de vida dessas residências, que em sua grande maioria se encontravam em nível de pobreza. Este crescimento de chefia de mulheres nos lares ocorria, conforme ela, em meio de um crescimento demográfico que se ocasionava principalmente devido a um significativo aumento na expectativa de vida das mulheres, e de um processo de crescimento nos divórcios.

A partir dos anos de 1980 a expressão feminização da pobreza tem seu desenvolvimento mais importante nos E.U.A, esse desenvolvimento em parte se deu pela chamada década da mulher anunciada pela ONU que iniciou em 1975, e impulsionou os estudos e análises a respeito a situação das mulheres, principalmente em relação as chefes de família, propiciando um clima de investigação acadêmica que dará origem ao investimento em políticas sociais destinadas a esse segmento a partir dos anos de 1990.

A visibilidade deste tema presente em meio ao contexto de reformas neoliberais nas políticas públicas tem seu início a partir da discussão a respeito da dependência estatal das mulheres com filhos que não obtinham o apoio de seus antigos companheiros, esta discussão acaba por ser alvo de muitas críticas advindas dos movimentos de mulheres e feministas, já que não levam em consideração os aspectos de nacionalidade, raça e classe que complementavam a situação de desigualdade desse segmento (AGUILAR, 2011).

Independente das críticas, não se pode negar que o espaço da Conferencia das Nações Unidas sobre a mulher, realizada no ano de 1995 contribuiu na fortificação de uma análise ao qual se encadearam propostas de intervenções relacionadas ao fenômeno da feminização da pobreza:

Es en la IV Conferencia de las Naciones Unidas sobre la Mujer, realizada en Beijing en 1995, donde se afirma que el 70% de los pobres del mundo eran mujeres y que la erradicación de la carga “persistente y ‘cada vez mayor’ de la pobreza que enfrentan las mujeres” fue incorporada como una de las 12 áreas críticas de la Plataforma de Acción acordada en la conferencia. Esta idea posiciona com énfasis a la mujer (más que las relaciones de género y en muchos casos reemplazando una categoría por otra) en el discurso de los foros internacionales respecto a la pobreza. (AGUILAR, 2011, p. 128)

Mas afinal, qual a causa deste fenômeno? Os mais diversos segmentos do feminismo, dos mais radicais aos conservadores, associam essa tendência a dois principais elementos: ao constante crescimento no número de mulheres chefiando as famílias, e a inserção das mesmas de maneira subalternizada no mercado de trabalho, logo, para esses movimentos o problema não se explica necessariamente pela falta do provedor masculino nos lares, mas sim, pela sujeição financeira e discriminação vivenciada pelas mulheres dentro de seus espaços de trabalho onde ocupam cargos mais precarizados, e com menores rendimentos. A inserção destas mulheres no mercado de trabalho por via informal, seja na realização eventual de faxinas, na coleta de alumínio e materiais para reciclagem (latas de cervejas, garrafas pets, papelão, etc.), na produção de artesanatos ou em outras atividades, também é um fator que contribui para essa tendência.

Diane Pearce (1978) acreditava que além do que já foi pontuado, pode se afirmar que a causa de uma feminização da pobreza se daria devido à maneira subalterna de ingresso da população feminina não somente no mercado de trabalho, mas também nas políticas sociais de assistência destinadas a elas, exemplo, os programas de capacitação que as direcionam a profissões ligadas a limpeza e aos cuidados, como mencionado anteriormente. Essas profissões, para a autora, tendem a oferecer uma remuneração baixa já por serem consideradas “femininas” pelo imaginário popular, ao encaminhar essas mulheres para as mesmas, o Estado reproduz esta lógica, formando um ciclo vicioso.

Importante lembrar a pressão exercida pelos movimentos feministas para a inclusão de uma perspectiva de gênero na formulação das políticas sociais, pois apesar de muitos grupos feministas ainda não enxergarem a aproximação do Estado como algo positivo, as feministas da América Latina não podiam se dar ao luxo de ignorá-lo “Para a maioria das mulheres do chamado Terceiro Mundo a questão não é se aproximar do Estado; pois o Estado é que se aproxima delas, muitas vezes de forma violenta” (ALVAREZ, 2000). Elas também foram às responsáveis por chamar a atenção para o crescimento de uma visível pobreza feminina, que inclui um contexto histórico de trabalhos não remunerados direcionados ao cuidado.

Essa mobilização, mais os inúmeros estudos produzidos na área que evidenciaram um crescente empobrecimento das mulheres, mesmo na presença de um aumento significativo de seu nível educacional e em sua entrada no mercado de trabalho, auxiliaram a reproduzir nos campos teóricos e políticos a ideia de que a pobreza feminina deveria ser um dos focos de ação para redução da pobreza integral, legitimando esta estratégia por meio da adoção de elementos utilizados nos discursos feministas (SOARES, 2011). Isto significa que uma proposta inicialmente apresentada por grupos feministas para auxiliar um processo de emancipação feminina é deslocada para o âmbito da tradição política do Estado, obtendo outros fins, que implicam, em sua maioria, uma normatização e regulação da vida dessa população, diferentemente da proposta inicial se promove políticas sociais dentro da perspectiva de gênero que pouco ou nada tem a ver com a promoção de equidade.

Os discursos no âmbito do Estado e das organizações internacionais direcionados a feminização da pobreza são também vinculados a noção de identificação da pobreza enquanto o principal problema social que deve ser solucionado, adquirindo centralidade nas políticas.

Essa concepção permite que se direcionem critérios particularizados a programas que visam selecionar os “mais pobres entre os pobres”, dentre esses as mulheres, dentre elas as mulheres negras. Levando em consideração este cenário, se torna mais fácil a formulação de políticas sociais fragmentadas, focalizadas e de transferência de renda que possuam grande abrangência e que se desloquem de uma visão geral de mudança. As políticas aplicadas pelo governo Lula e posteriormente no governo Dilma podem ser usadas de referencia, principalmente o PBF, como já mencionado previamente.

Pode-se afirmar que a incorporação da mulher de maneira central no Programa Bolsa Família tem grande parte de sua origem na gradativa assimilação da categoria gênero ao eixo principal ou enquanto tema transversal de políticas sociais do Estado. Essa associação dentro do Programa se interliga ao debate multifacetado do combate a pobreza, que compreende a “questão social” em geral, enquanto uma dificuldade relacionada a ruptura dos vínculos familiares e sociais que podem causar uma instabilidade no bom convívio da sociedade. Por esse viés a “questão social” pode ser enfrentada por meio de iniciativas de empreendedorismo, integração social, empoderamento dos indivíduos e solidariedade mútua, ignorando a desigualdade social enquanto um componente da lógica de acumulação capitalista (SOARES, 2011).

O PBF participando dessa compreensão busca justificar o planejamento e execução de políticas públicas focalizadas, neste caso a focalização se evidencia na figura da mulher pobre, seguindo desta maneira o documento *Toward gender equality* de 1997 construído pelas organizações internacionais que recomenda claramente a focalização das políticas de combate a pobreza as mulheres como meio principal de enfrentamento da feminização da pobreza.

A contribuição que o PBF trouxe para o cotidiano das famílias e dentro delas para a figura da mulher em especial, não pode, contudo ser negada, ela se expressa por meio das pesquisas econômicas e estudos acadêmicos produzidos e divulgados a respeito do impacto positivo do programa para a economia familiar e até mesmo para a economia local de algumas regiões e pequenas cidades. Em relação as mulheres, é possível afirmar que o benefício colabora para uma relativa autonomia das mesmas.

O livro “Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania”<sup>27</sup> que ouviu cerca de 150 beneficiárias das regiões de Minas Gerais, Alagoas, Piauí e Maranhão nos anos de 2006 a 2011, expõe que o dinheiro repassado pelo programa garantiu essa relativa autonomia possuindo um papel fundamental para a população feminina no interior do Brasil. Segundo várias entrevistadas o dinheiro recebido através do benefício foi crucial na decisão de se separar de seus maridos, visto que o programa garantia uma renda mínima para si e os filhos, dando alternativas para

---

<sup>27</sup>“Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania” (Editora Unesp), de Walquiria Leão Rego, professora de Teoria Social da Unicamp, e Alessandro Pinzani, professor de Ética e Filosofia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

elas fora do matrimônio, para outras tratava-se da primeira experiência em suas vidas de recebimento de uma renda monetária regular que lhes dava minimamente uma possibilidade de escolha.

É clara a mudança que o programa proporcionou para esse grupo de pessoas em especial as mulheres, no entanto como essa figura de gênero aparece no âmbito dessas discussões? Que representação social estas mulheres possuem?

Ao pensarmos na conjuntura brasileira, o PBF se estabelece em um país que possui 33% das famílias chefiadas por mulheres, ao qual 27% são mães solteiras e 64% são negras ou pardas, segundo dados do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas do ano de 2008. Os dados nos mostram que tanto os atributos da pobreza no país quanto o perfil dos assistidos pelo o PBF ainda evidenciam uma duradoura desigualdade histórica (GOMES, 2011). As desigualdades relacionadas ao sexo e a raça visíveis em nossa sociedade repercutem na formatação das políticas sociais que priorizam as mulheres, permeando as mesmas por obrigações impostas pelo aparelho estatal, no PBF elas se refletem por meio de suas condicionalidades:

Segundo Mariano e Carloto (2009), tais encargos ampliam outras responsabilidades impostas pela esfera governamental, como a execução de tarefas ligadas ao cuidado das crianças, adolescentes, idosos e doentes. Através de políticas de transferência de renda, as responsáveis pela casa são frequentemente convocadas a participar de atividades suplementares (como, por exemplo, grupos educativos), sendo ainda mais sobrecarregadas de obrigações ligadas à reprodução social (GOMES, 2011, p.74).

Em meio a essas condições, podemos afirmar que o grupo familiar é materializado simbolicamente pela representação da mulher, percebida novamente por intermédio de seu tradicional “papel feminino”, papel esse que inclui a figura da cuidadora, da mãe responsável pela reprodução social daquele conjunto de pessoas, independente das funções por ela já adquirida. O papel social pode até, em determinadas situações, ser desempenhado por outra mulher, como, a avó, a tia e até mesmo a irmã da criança ou adolescente.

Contudo, permanecerá sendo um ‘papel feminino’. Isto posto, as mulheres não só se configuram o papel de principais beneficiárias do programa, mas passam



a acumular tarefas destinadas a saúde e educação dos filhos reforçando a visão tradicional dos papéis de gênero.

O reforço desta representação social das mulheres trata de uma tendência de fixar a imagem do outro em um estado “natural” ou biológico, transformando as diferenças sociais em diferenças de ser (SÊGA, 1990), esse movimento dentro das políticas sociais não se iniciou através do PBF, nos países centrais a transferência de dinheiro para as mães com o objetivo de cuidados as crianças, adolescentes e idosas iniciam na década de 1930, e é enfatizada em campanhas que ressaltavam as responsabilidades do dito universo feminino. As justificativas apresentadas que iam à direção de que as mulheres seriam melhores gestores da unidade familiar, não se distanciavam das justificativas atuais (GOMES, 2011).

Outro fator que procura fortalecer o argumento da importância de a mulher ter prioridade no recebimento do benefício é o pressuposto que dinheiro, ou o capital, nas mãos delas beneficiará diretamente a família, partindo da noção de que ela possui uma forma diferenciada de utilizar a renda, priorizando a alimentação familiar, os homens, por outro lado “bebem e fumam” mais, não utilizando a renda total para os gastos domésticos. Esta visão reforça a idéia que os pais de família são por “natureza” menos responsáveis em relação às escolhas prioritárias de gastos e, de certa forma, retira a parcela de obrigação dessas funções que deveriam ser destinadas aos homens.

De fato o benefício recebido, é utilizado pelas mulheres quase que integralmente nos gastos familiares, segundo o IBASE (2008) as famílias que possuem mulheres na chefia gastam em média 56% da renda familiar total em alimentação, o restante do dinheiro é utilizado em itens de bem-estar domésticos como: material escolar, vestuário e remédios. Apesar desses dados, é possível afirmar a não existência da valorização da mulher de maneira autônoma dentro desse processo, essa não valorização perpassa as diretrizes do Banco Mundial ao qual as indica novamente enquanto prioritárias para recebimento do benefício, pois estariam mais propensas a investir a renda extra no bem-estar dos filhos, reforçando mais uma vez os estereótipos de gênero (GOMES, 2011).

A dificuldade de acesso a serviços públicos garantidos pela Constituição, já mencionados, como os relacionados à saúde e educação cria uma contexto onde as usuárias do PBF, frequentemente advindas de famílias monoparentais, se tornam

as únicas responsáveis pelo processo de cumprimento das condicionalidades exigidas. O aumento da renda esbarra no limite de uma situação precária de educação, saúde, e até mesmo saneamento básico de diversos municípios e regiões. A dificuldade de famílias inteiras em se inscreverem no benefício por motivo de falta de registro civil, e comprovante de residência (muitas delas por viverem em ocupações, ao qual se torna impossível uma comprovação formal), assim como a situação de falta de creches, se colocam como os principais problemas para essas mães que não podem contar com uma rede de apoio:

Alheios à situação de pobreza estrutural em muitas partes do país, para o Banco Mundial o não cumprimento das condicionalidades representa um sinal para os gestores de que as famílias beneficiadas possam estar em risco ou precisando de serviços adicionais. Os responsáveis pelo PBF já afirmaram repetidamente que o foco do programa, é auxiliar as famílias a cumprirem as condicionalidades e não puni-las em caso de não cumprimento. Todavia, o não-cumprimento sucessivo invocaria o aspecto 'contratual' do Programa, levando ao bloqueio do benefício, suspensão e ao posterior cancelamento. (GOMES, 2011, p. 76).

Uma das vantagens citada pelo Banco Mundial no PBF seria a execução do pagamento via cartão bancário, no sentido de impedir a possibilidade de clientelismo, contudo é esse processo mecanizado que facilita o bloqueio do benefício quando a mulher falha na “vigilância” das condicionalidades, pois não existe a possibilidade de um diálogo com um funcionário para discutir os motivos dessa falha, o bloqueio é realizado automaticamente, dando a oportunidade de diálogo apenas após a sua execução. Deixa-se subentendido através desse funcionamento o caráter regulatório do programa que não condiz com uma intenção de autonomia e empoderamento anunciada pelo o mesmo, passando na realidade por um processo de financeirização da vida social e das políticas sociais.

O termo empoderamento, bastante utilizado nesses contextos pede uma reflexão mais profunda sobre seu real significado, pois, apesar de não aparecer oficialmente nas normativas e diretrizes que regem o programa, ele pode sim ser considerado um objetivo não formal da política.

O conceito “empoderamento” já faz parte das políticas públicas voltadas para as mulheres desde a década de 1970, sua origem é vinculada aos movimentos feministas e organizações de mulheres da sociedade civil, de forma a discutir as

relações de poder dentro da sociedade, e estimular o processo de superação de uma realidade em que se vive, por meio de aquisição da emancipação individual e também de uma consciência coletiva que possibilite a superação coletiva da dependência social e de dominação política, ou seja, esta intrinsecamente ligada a liberdade de decisão.

A noção de empoderamento apesar de ser em sua origem relacionada a questão das mulheres, como apontado e possuir laços originários ligados à classe trabalhadora, se vinculando especificamente no Brasil uma “resignificação” do termo pelo autor Paulo Freire, ao qual é utilizado enquanto um “empoderamento de classe”, tem sido reconceitualizado e incorporado a ponto de vistas conservadores e burgueses.

Não à toa o projeto do empoderamento<sup>28</sup> foi inserido enquanto uma das principais diretrizes do Banco Mundial, principalmente se tratando de políticas e programas sociais que visam o “combate a pobreza” nos países periféricos como: Índia, Kênia, Bangladesh, África do Sul, Tunísia, Timor-Leste, Guiné-Bissau, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Chile, México, Haiti, Venezuela, Bolívia, Costa Rica, Paraguai, Argentina, Brasil, entre outros. Segundo o livro lançado pelo próprio, no ano de 2002, intitulado “Empoderamento e redução da pobreza: uma coletânea”, o termo possui diversas explicações, dentre as mais “evoluídas” ele é apresentado enquanto um processo que visa o aumento dos meios e capacidades dos indivíduos ou grupos para fazer escolhas intencionais e transformar essas escolhas nas ações e nos resultados pretendidos:

Em nossa análise, esta explicação do Banco Mundial do “*empoderamento*” deixa clara sua intencionalidade tomando-o como um de seus principais projetos, sobretudo porque ao enfatizar a necessidade dos indivíduos pobres desenvolverem capacidades que resultem em ações e recursos, estimula também que estes sujeitos internalizem a situação de pobreza na qual se encontram, e mais, reforça o *ethos liberal* de que a condição social que ocupamos na sociedade vincula-se ao esforço individual de cada um. Esta leitura deseconomiza, despolitiza, moraliza e subjetiviza as relações sociais de produção capitalista (CARVALHO, 2013, p. 76).

---

<sup>28</sup>O Banco Mundial apresenta o “empoderamento” como um projeto que reforça a capacidade de indivíduos e grupos fazerem escolhas, de modo a transformá-las em ações e resultados almejados (CARVALHO, 2013)

O discurso de “liberdade de escolha” e “liberdade de oportunidades” reproduz a ideia da liberdade de escolha enquanto algo intrínseco aos indivíduos necessitando apenas ser despertada. Essa concepção se descola da realidade concreta proporcionada pela estrutura socioeconômica de produção, que não proporcionam alternativas possíveis dentro da crença de possibilidade livre de escolhas, ao contrário, oferecem uma liberdade apenas legalista-formal e restrita (CARVALHO, 2013). Os pobres guiados por essa concepção devem se envolver em meios produtivos de subsistência, no caso das mulheres atendidas pelos Programas de Transferência de Renda, se conclui que elas precisam saber administrar seus próprios recursos, mesmo que escassos, para superarem a situação de pobreza que se encontram.

Esquece-se, assim, a relação de responsabilidade do Estado em garantir os direitos que já lhes cabem. A concepção teórica “liberal revisada” mostra seu peso novamente dando papel de destaque a Amartya Sen, ideólogo da concepção.

O termo empoderamento entendido por esse viés passa a ser uma negativa no contexto de políticas públicas como o PBF, reafirmando a visão liberal da conquista individual das mulheres, sem uma primordial organização coletiva essencial dentro de um processo político, ignora-se o contexto histórico político que elas se encontram, e a necessidade de uma mudança que englobe as estruturas sociais vigentes. Logo, juntamente com a falácia da cidadania, se utiliza de maneira falseada as noções baseadas em resgate de auto-estima, autonomia e empoderamento. Quando na realidade o que se proporciona é uma possibilidade de escolha bastante limitada e voltada para o acesso restringido ao consumo de bens que auxiliam na sobrevivência do dia a dia.

Para Gomes (2011), o aumento da renda só é de fato algo transformador e empoderante, no sentido revolucionário da palavra, para essas mulheres se vinculados a um estímulo de mudança em relações de gênero dentro das famílias. Para isso é necessário mais do que as discussões e treinamentos habituais do programa, é preciso ir além do que está posto, possibilitando uma real participação dos cônjuges nas atividades domésticas, fato pouco comum, juntamente com a participação dessas mulheres assistidas nos processos de decisão direcionados a concepção, execução e avaliação dos Programas, o que também não ocorre atualmente, sendo, inclusive, habitual o desconhecimento das usuárias a respeito da

regulamentação e objetivos do benefício, no qual sabem somente que devem receber uma quantia mensal fixa.

A representação social dessas mulheres apresentada em sua grande maioria, pelo Estado e pela sociedade como um todo, vai ao sentido contrário do que Moscovici (1984) ressalta, mostrando-as enquanto meras receptoras passivas de políticas e programas, e não enquanto pensadoras ativas que produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que lhes são postas.

Uma tendência que explicita bem essa representação é a conexão entre as políticas sociais direcionadas, de alguma maneira às mulheres, serem em sua grande maioria vinculadas a questão da maternidade, enquanto uma associação natural. Essa postura faz com que se construa uma concepção de cidadania equivocada para esse segmento, seria então as mulheres sujeitos de direitos somente exercendo a condição de maternidade? Não havíamos conquistado, devido a anos de luta, outra posição dentro da sociedade que ia além dessa concepção? Os saberes sociais envolvidos nos discursos expressam formas de conhecimento, e contribuem nas condutas e comportamentos sociais que podem auxiliar na perpetuação de práticas excludentes guiada pelo simbolismo de gênero, que possui uma poderosa carga estigmatizante, reproduzindo e legitimando um exercício de poder e controle que se dá no geral de maneira classista, sexista e racista (ANDRADE, 2012)

Se os homens desfrutam de uma entrada no espaço público, com exceção dos excluídos do “pacto da virilidade” como os homossexuais, na qualidade de cidadão, racional, trabalhador e principalmente de indivíduo, as mulheres por sua vez ocupam as questões ligadas a reprodução, ao lugar das relações familiares, enquanto seres passivos, impotentes e domésticos afirmando sua representação social a partir das informações que, continuamente estão ligadas a funções maternas e de cuidados.

O direito social nessa esfera, traduzido pela proteção social mistura o público e o privado, o direito e o favor, e o direito e a obrigação, estruturando uma cidadania fragilizada e sexuada (GOMES, 2011).

A perspectiva de mudança no âmbito da autonomia feminina baseada somente em um repasse de recurso, que não visa detectar, interpretar e dar soluções aos problemas que as mulheres compartilham tende a falhar:

A possibilidade de inclusão via o acesso ao consumo mínimo necessário para a sobrevivência imediata da família, é um indicador simplista para afirmarmos que as mulheres tornam-se cidadãs. É preciso não só explicitar a concepção de autonomia como definir indicadores de avaliação no âmbito e limites de projetos e programas de transferência de renda. Autonomia, empoderamento e cidadania como objetivos das políticas dirigidas às famílias e que têm as mulheres como principais interlocutoras encerram uma série de questões a serem debatidas no plano cultural, social e econômico e abre um amplo espaço para a busca de alternativas em que deveriam estar presentes distintas vozes. É necessário o desenvolvimento de indicadores que tenham uma perspectiva de gênero. E no caso das mulheres pobres e negras é necessário um refinamento desses indicadores. (CARLOTO, 2010, p. 02).

A inserção do PBF não significa necessariamente uma melhora na autonomia e status dessas usuárias, na medida em que os programas assistenciais ainda carregam consigo um estigma de não direito, elas acabam por acumular mais um componente de discriminação que se aliam a condição de mulheres, pobres e, em sua grande maioria negras, essa situação cria uma cidadania diferenciada para as mulheres pobres e não-brancas. O Programa Bolsa Família, considerado o maior programa de transferência de renda da América Latina, caminha nessa direção. O argumento da autonomia voltada a essas usuárias acaba por se concretizar enquanto uma autonomia orientada, na realidade, para a família, visto que grande parte da preocupação se concentra no destino que este dinheiro adquirido pelas famílias possuirá, ficando ligados mais às necessidades do arranjo familiar do que a das mulheres na posição de sujeitos.

O tema da auto-estima é outro é indicador estudado e valorizado por parte de gestores executores do PBF. Os espaços de reuniões, atividades sócio-educativas e geração de renda são os primeiros mencionados quando avaliado esse quesito, nessas atividades as mulheres trocam experiências, informações a respeito do programa, e discutem entre si o cotidiano de cada uma.

Essas ações lhes proporcionam uma inserção produtiva, ainda que de maneira precarizada, permitindo a quebra de uma sociabilidade, muitas vezes restrita ao âmbito da casa, para além dos cultos religiosos e visitas de parentes. Os espaços destinados a esse fim, de fato possuem relevância para diversas mulheres beneficiárias, que acostumadas a situações de subalternidade e isolamento, ao se

depararem com um ambiente ao qual podem se expressar vivem uma experiência diferenciada.

Esse ambiente acaba por se fazer significativo e potencializador, segundo as próprias, não devendo ser deslegitimado, contudo, suas avaliações também não podem ser superestimadas, no sentido de serem consideradas molas impulsoras de mudanças decisivas na vida dessas beneficiadas (RODRIGUES, 2008) ou instrumento de colaboração a garantia de um exercício pleno de cidadania.

A concepção de cidadania fragilizada citada por Rodrigues (2008) envolve uma análise crítica a respeito da cisão entre público e privado, e a divisão sexual do trabalho. Trabalha-se então a compreensão que as relações de gênero têm criado uma separação de papéis e conseqüentemente uma simbologia cultural, restringindo as mulheres à unidade familiar, por meio de uma naturalização de função.

Essa manutenção oferece a elas um tipo de cidadania que se exerce mediante uma proposta de políticas que estimulam a passividade da mesma, se apropriando das conquistas, fruto das diversas lutas encabeçadas pelo movimento de mulheres e feminista, para introduzir novas representatividades culturais e simbólicas a elas como visto previamente.

No caso do PBF a vantagem advinda de um acesso direto a renda, não gerou mudanças significativas no que se refere à tomada de decisões mais abrangentes no espaço do lar, que ainda possui o controle informal materializado na no papel dos pais, padrastos, e maridos, contudo, a sobrecarga de tarefas já vivenciadas pelas mulheres no dia a dia e reforçada por meio das condicionalidades do programa colabora no consumo de tempo e energia que poderiam ser empregados na aquisição de uma maior igualdade nos processos políticos, assim como uma maior participação dessas mulheres no espaço público (GOMES, 2011) entendendo que o discurso de uma maior igualdade não pode se limitar a distribuição de bens, e direito formais, mas também deve relacionar-se a participação dos sujeitos na definição e transformação das regras normativas da sociedade.

Tais regras normativas, estabelecidas socialmente, têm como um de suas bases de construção e disseminação as mídias interativas. Essas mídias colaboram na construção de representações sociais dentro do imaginário popular, como veremos a seguir.

### 2.3.2 A mídia como formadora de opinião

O conceito de mídia pode ser utilizado, segundo Guazina (2007) simplesmente enquanto um conjunto dos meios de comunicação de massa, no qual se dá ênfase ao papel da televisão, por outro lado, a autora também expõe a diversidade do debate, frutos de trabalhos que transitam dentro de um conhecimento amplo e multidisciplinar na área de Comunicação e Ciências Políticas, que enxergam a mídia enquanto detentora de um grande poder de influência sobre os processos políticos e sociais. Assim,

A centralidade da *mídia* no mundo contemporâneo, seu papel de *locus* importante de realização da política, e sua capacidade de representar a realidade- constituí-la e ao mesmo tempo refleti-la -, contribuindo para a formação de uma determinada visão de mundo dos indivíduos e não somente informando sobre os fatos da política para a construção de uma *opinião pública*, [...] é consenso entre os pesquisadores do campo (GUAZINA, 2007, p. 62)

Neste sentido, a notícia anunciada apresenta apenas um pedaço da realidade, quando o veículo que a dissemina retira o fato específico que a produziu, ele determina em grande parte os processos de respostas, comportamentos e emoções que serão desencadeados a partir desse episódio. O conjunto de notícias como um todo difundem preocupações, medos, incômodos, angústias, da mesma forma que podem distrair, entreter, ou confortar, fazendo parte de um jogo de emoções dialéticas ao qual perpassa um confronto político-ideológico, que contribui significativamente na visão de mundo dos receptores.

A grande mídia<sup>29</sup> atua de diversas formas, sendo porta voz do poder dominante, comandada pelos megagrupos midiáticos e dinastias familiares opera por meio de alguns atributos, dentre eles se encontram a capacidade de firmar sentidos e ideologias, influenciando diretamente na opinião pública e no imaginário popular, a apropriação de diferentes linguagens para a sua própria conveniência e a exaltação direcionada ao papel do mercado na sociedade, são alguns exemplos, ao

---

<sup>29</sup>Grande mídia é uma expressão usada para designar os principais veículos de um determinado sistema de comunicação social, considerando os setores tradicionais - emissoras de rádio e TV, jornais e revistas. Esse tipo de mídia conserva um grande poder econômico, como noticiado a família Marinho, detentora das Organizações Globo, é a mais rica do País, com uma fortuna estimada em US\$ 28,9 bilhões .



passo que dita os anseios da população, atravessados cotidianamente pelo incentivo ao consumo (MORAES, 2013).

Esses megagrupos que possuem o domínio dos meios de produção e comunicação se utilizam dessas mídias interativas<sup>30</sup> com intuito de afirmar publicamente suas opiniões e conceitos enquanto “verdades” convenientes e rentáveis, transformando esses meios de informação em instituição-suporte<sup>31</sup> da sociedade capitalista. São utilizados critérios no processo de definição do que notícia será favorecida, e de que maneira será favorecida, em uma matéria jornalística ou em determinado meio de comunicação, essa definição de critérios é feita através de uma opção ideológica.

No caso da mídia dominante essa opção se mostra através do apoio aos discursos hegemônicos, ao qual se aplicam estratégias de comercialização de produtos culturais e manifestações artísticas, subordinação de informações de interesse coletivo privilegiando ambições lucrativas, e a retórica interesseira em favor da “liberdade de expressão” que acaba por se transpor em uma liberdade de empresa que possa prevalecer sobre as vontades coletivas da população (MORAES, 2013). Esse tipo de notícia tende a estimular uma postura de passividade perante a grande massa que a consome, criando em meio a um clima instável de tranquilização e atemorização, desenvolvido através da dialética das emoções, um incentivo a submissão.

Incluso a este cenário se encontram as notícias direcionadas a abordar a questão das mulheres nas políticas públicas de assistência, mais explicitamente as atendidas pelo Programa Bolsa Família.

Essas notícias, no geral, tendem a reproduzir os estereótipos de gênero, ou seja, continuam associando a figura feminina ao papel de cuidado e maternidade como algo que lhe é intrínseco. A mídia dominante não ignora a causa das mulheres, porém, procura ganhar visibilidade em cima dela por meio de um sensacionalismo que inviabiliza uma real compreensão da situação histórica desse segmento. Exemplo, a matéria divulgada pelo governo federal no site do próprio PBF, intitulada “Brazil's cash transfer scheme a source of empowerment for women” da edição de dezembro de 2013 do jornal inglês “The Guardian”, na reportagem se

---

<sup>30</sup> Aqui é chamado de mídia interativa o conjunto dos meios de comunicação que abrange diferentes veículos, como jornal, rádio, televisão e internet.

<sup>31</sup> Termo utilizado por Marcondes, 1986.

destaca os pontos estratégicos do benefício, e se dá ênfase ao papel das mulheres beneficiadas, contudo, a menção as questões de gênero ali envolvidas, se dá de maneira superficial:

Quando o programa Bolsa Família foi lançado pela primeira vez, algumas feministas argumentam que a tarefa de receber e utilizar pagamentos contribuiria para os encargos sobre as mulheres, reforçam os papéis de gênero e dar mais liberdade para os homens. Até agora, os efeitos parecem ter sido mais positivo.<sup>32</sup>

É essa a direção que as notícias vinculadas às grandes mídias possuem, procuram legitimar um ideário global, na intenção de transformá-lo em um discurso social hegemônico, propagando valores e modos de vida que condizem com uma espécie de regulação das demandas coletivas, dentre eles se encontram o incentivo as reproduções aos padrões patriarcais (MORAES, 2013).

Ainda assim, mesmo sabendo que essas mídias dominantes possuem grande parte dos instrumentos de acesso a população, procurando trabalhar com estes de maneira fechada, é possível afirmar a existência de uma mídia alternativa que foge a esse padrão, e rejeita os controles ideológicos convencionais, procurando se contrapor ao domínio existente de monopólio da palavra, inclusive os de gênero. Para isto a chamada mídia alternativa<sup>33</sup> caminha atualmente no sentido de uma descentralização, apoiada no poder contemporâneo e interativo da internet, no intuito de gerar uma maior circulação social de informações:

Elas utilizam-se das ferramentas digitais com sentido contra-hegemônico: difundem conteúdos de contestação às formas de dominação impostas por classes e instituições hegemônicas, ao mesmo tempo em que priorizam temáticas relacionadas aos direitos da cidadania e à justiça social (MORAES, 2003, p. 103)

A expansão da internet pode ser denominada o carro chefe desse espaço de embate pela hegemonia cultural e política, o constante desenvolvimento de tecnologias que colaboram na divulgação de notícias em formato colaborativo e não

---

<sup>32</sup>Tradução do original em inglês pela autora. Disponível no link: <http://www.theguardian.com/global-development/2013/dec/18/brazil-bolsa-familia-women-empowerment>

<sup>33</sup>A mídia alternativa ou também mídia contra-hegemônica (mas não mídia independente) é o conjunto dos veículos de comunicação que se contrapõem a uma hegemonia, ou posição política dominante – e, em alguns casos, repressora.

lucrativo visam principalmente o compartilhamento de visões diferentes das que pretendem manter o status quo. A multiplicação de espaços como as redes sociais que possibilitam uma socialização de atos públicos, manifestações, e até mesmo textos que repudiam atitudes conservadoras e misóginas podem ser consideradas parte de uma resistência cultural, que através dessas ferramentas possibilitam minimamente uma possível quebra dos consensos estabelecidos tradicionalmente<sup>34</sup>.

Um exemplo nesta direção é o documentário “Severinas”. Dirigido por Eliza Capai, que foi produzido por meio de depoimentos de moradores, em especial de mulheres beneficiárias do PBF, na cidade de Guaribas, interior do Piauí. Nele é perceptível a existência de um trabalho de mídia independente e alternativa realizada através de uma linguagem inclusiva, que permite um maior acesso aos conjuntos sociais brasileiros, dando voz aos sujeitos para que estes relatem suas histórias a partir de particularidades presentes no seu cotidiano, ao passo que permite, através de uma proposta de reflexão, um olhar dos próprios sujeitos sobre o mundo vivenciado pela população feminina da região.

A cidade de Guaribas adotada no ano de 2003 como piloto do antigo Programa Fome Zero, possuía nacionalmente o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano – IDHN, hoje com cerca de 87% de seus habitantes incluídos no PBF, demonstra um significativo avanço em relação a diminuição da miséria. Esse avanço se dá principalmente por meio das mulheres, que ao possuírem a titularidade do benefício encontram um caminho diferenciado do tradicional, mesmo que tal questão não tenha acabado com as dificuldades diante de uma desigualdade de gênero, como retrata o documentário.

Como eixos de reflexão o vídeo traz como pano de fundo a questão do alcoolismo entre os homens da região e a mudança de perspectiva de algumas adolescentes da cidade, que antes constituíam o casamento como um fim em si para suas vidas. Em suas falas percebemos o desejo de exercerem uma profissão para além do espaço doméstico, negando, sobretudo seguir os destinos das mães, donas de casa. As mulheres, ainda, discorrem em seus depoimentos a respeito da lembrança de uma vida de dificuldades, sem comida, água, emprego, ou seja, sem

---

<sup>34</sup>Para mais ver: SERRA JUNIOR, Gentil Cutrim; ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 2, Dec. 2013.

as condições básicas de sobrevivência, “vida de escravidão” dizem elas, vida que desejam poupar de suas filhas.

Com a chegada do Programa Bolsa família seus destinos mudam, porém, em suas falas, assim como na declaração de um dos homens mais respeitados da região, denominado “Chefe”, pai de sete filhos, dentre eles seis mulheres, ficam registrados os efeitos perversos que as relações desiguais de gênero, não trabalhadas diretamente pelo Programa, ainda persistem em deixar. “É que cada uma delas, tenha o seu respeito e a sua qualidade, a qualidade do homem é superior e a da mulher inferior”, diz Chefe, enquanto Norma, outra moradora complementa “destino é destino”.

Por meio deste exemplo, ressaltamos a importância de um documentário como “Severinas” e o espaço que ele apresenta para a discussão. É importante construir espaços que se contraponha ao estabelecido hegemonicamente pela grande mídia, trazendo para o cerne do debate de maneira crítica os processos sociais sexuais, propondo a construção de outro campo simbólico, na tentativa de ser um vetor de informação não apenas com cunho progressista e feminista, mas ético e político.

Na América Latina como um todo, é possível citar algumas tentativas de combater a concentração da mídia formadora de opinião desenvolvida por governos, jornalistas, ativistas, produtores culturais e intelectuais. Dentre elas, as que mais se destacam são as agências alternativas de notícias que existem em pelo menos dez países latino-americanos: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Uruguai, Venezuela e Argentina:

Os pontos de convergência entre as agências são, basicamente, dois: a) a exploração dos espaços proporcionados pela ambiência descentralizada e os baixos custos de difusão da rede para instituir outras dinâmicas noticiosas, mais participativas e não mercantilizadas; b) a responsabilidade que assumem com a causa da democratização da informação e do conhecimento (MORAES, 2013, p.121).

Grande parte das agências existentes atualmente atua em benefício de uma causa específica, como as atividades de organizações camponesas, indígenas, movimentos sociais e de mulheres. A agência mexicana Comunicación e

Información de La Mujer (Cimac) fundada em 1988, por um grupo de jornalistas que dedicavam-se ao jornal “Doblejornada”, trabalha por uma perspectiva feminista, em favor da autonomia feminina e pela igualdade entre homens e mulheres, segundo suas fundadoras o principal objetivo desse coletivo é “contribuir com a construção de um jornalismo com perspectiva de gênero e uma sociedade igualitária, justa e democrática”.

Para isso elas contam com um Centro de Documentação, Comunicação e Informação da Mulher que reúne um acervo de mais de 25 mil documentos audiovisuais e bibliográficos que contam a trajetória das mulheres na história (MORAES, 2013) a principal intenção desse espaço é retratar essas mulheres enquanto atores das mudanças conquistadas ao longo do tempo ao qual foram renegadas e apresentadas em segundo plano.

Quando a mídia hegemônica decide ignorar a realidade histórica mundial da América Latina e principalmente de suas mulheres, por interesses econômicos, políticos e corporativos, é necessário que se criem espaços de resistência, as agências alternativas em sua grande maioria atuam nesse sentido, assim como profissionais da área de comunicação que operam de maneiras independentes ou ligados a redes de atuação contra-hegêmônicas. A intenção não é apenas denunciar as distorções e restrições da grande mídia, mas também procurar alterar a perspectiva e foco das informações, possibilitando novas agendas informativas.

A busca por espaços autônomos de informação não é simples, pois envolvem grandes relações de poder, a divulgação social em grande escala de visões de mundo diferentes da tradicional implica em um instrumento poderoso de formação de opinião capaz de auxiliar na revisão de conceitos culturais e representações sociais que possuem a habilidade de estremecer o sistema capitalista patriarcal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Escribe lo que no debe ser olvidado”  
(Isabel Allende)

Embora as recentes políticas de assistência social com enfoque na figura das mulheres, como o Programa Bolsa Família, sejam fruto de uma longa luta do movimento de mulheres e do movimento feminista, e tenha em muitos sentidos contribuído para um avanço de uma possível autonomia feminina, permitindo assim um mínimo de programação da própria vida desse segmento, principalmente em regiões cercadas por uma grande miséria, não é possível afirmar que de fato ele tenha produzido algum tipo de mudança real na condição de desigualdade de gênero.

Este trabalho ao analisar esse tema apresenta inicialmente o termo “representação social” utilizado em seu desenrolar no sentido de possibilitar uma colaboração na compreensão dos processos de formação de identidade que possuem um grande peso simbólico na vida concreta das mulheres beneficiadas pelas políticas e programas de assistência. A intenção principal com a utilização desse conceito, mesmo que indiretamente, caminhou no sentido de uma compreensão da realidade que fossem além das representações instituídas tradicionalmente, possibilitando um pensar que visasse trabalhar outras estratégias de construções sociais.

Para isso, partiu-se do estudo a respeito da origem por vias beneficente da Assistência Social, que se institui originalmente de uma prática controladora e filantrópica que ainda possui uma grande influência nas políticas sociais destinadas a essa área, possibilitando assim uma maior aceitação dos atuais programas focalizados de combate a pobreza.

Neste mesmo sentido trabalhou-se a concepção de “não direito” que essas políticas e programas assistenciais possuem na sociedade em geral, desenvolvendo um estigma em torno dos usuários que utilizam esse serviço, em especial, no Programa Bolsa Família, um estigma direcionado a figura da mulher pobre, principal titular do programa.

As políticas de assistência social em certa medida ainda trazem consigo uma bagagem de preconceito, e acabam por acumular mais um componente de discriminação na condição dessas mulheres pobres que são em sua grande maioria

negras, isto é, enquanto setores desse segmento ainda conseguem usufruir um certo grau de igualdade e direitos, que antes não se tinha acesso, outros setores ainda buscam um mínimo de reconhecimento enquanto sujeitos sociais e não apenas enquanto mediadoras das necessidades familiares como acaba por proporcionar o benefício.

Este processo de estigma é facilitado devido a uma histórica invisibilidade social vivenciada pelas mulheres, justificada através de um discurso biológico, que ignora as construções de papéis e representações que se criam dentro da sociedade e que estabelece nesse meio regras e padrões de comportamento. Na nossa sociedade, essa construção se dá por meio de uma relação desigual que desencadeia para as mulheres uma condição de subalternidade e opressão, ao qual se procura determinar o espaço doméstico como seu espaço natural, negando-se desta maneira a história das mulheres trabalhadoras.

Ao passo que novas formas de controle são elaboradas, passam a se desenvolver também o movimento de mulheres e em especial o movimento feminista, que ao questionar essas estruturas estabelecidas, coloca em cheque o privilégio social vivenciado pelos homens. Visto que a história não se faz de maneira linear, ou homogênea, e sim através de um processo dialético e por muitas vezes contraditório, o movimento feminista possui seus momentos de retração e expansão, apresentando distinções entre as lutas dos movimentos europeus e latino-americanos, assim como dos movimentos com cunhos burgueses e revolucionários.

O que não se pode negar, entretanto, é sua influência histórica nas mudanças conquistadas para esse segmento no âmbito social e político:

O movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido. Esse é o seu caráter subversivo (LEON, 1994, p. 14). Ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas (COSTA, 2005, p.02).

A luta pelo reconhecimento dessas mulheres enquanto sujeitos sociais e de reivindicação permitiu o início de uma legítima necessidade das instituições

políticas, governos e Estados à obrigação de reconhecê-las na construção de suas políticas atuais (GODINHO, 2000).

Essas mudanças, contudo, vieram acompanhadas, como podemos ver ao longo do trabalho, por uma tendência nas políticas sociais latino-americanas, que ao mesmo tempo que abarcam a instauração do LOAS e do SUAS, atravessam a instalação de um cenário neoliberal que dificulta o acesso de qualidade as políticas de assistência social, dando grande ênfase a ao discurso estatal e empresarial de combate a pobreza, que se inspira grande parte na concepção liberal revisada.

Neste mesmo sentido o fenômeno da feminização da pobreza passa a ganhar igual destaque dentro do âmbito das recomendações que as Organizações Mundiais traçam para os chamados países de terceiro mundo.

Quando o movimento feminista discute as políticas públicas voltadas à área de assistência social e chega à conclusão de que se adquiriu atualmente poucos avanços e muitos retrocessos, é necessário que analisemos, e esse foi um dos objetivos do atual trabalho, de que maneira essas políticas tendem a serem formuladas. As políticas que incentivam o ciclo de subalternidade vivenciado tradicionalmente pelas mulheres, as que trabalham o tema da violência enquanto um problema que perpassa unicamente a dissolução de vínculos, entre outras que partilham dessas linhas de concepção, são exemplos de ações que colaboram na manutenção das relações tradicionais de gênero.

A implantação do Programa Bolsa Família, assim como sua constante ampliação ocorrem em meio a este cenário, sendo assim, mais simples compreender o papel de destaque da matricialidade familiar e dentro dela o da figura da mulher na condição de principal responsável no cumprimento das condicionalidades impostas por ele, que sobrecarregam ainda mais suas beneficiadas.

A grande notoriedade dada ao conceito de “empoderamento”, dentro das diretrizes do Programa, assim como as condicionalidades exigidas, já realçadas, compõe um processo de cidadania sexuada e fragilizada<sup>35</sup>, que colabora para um controle informal dessas famílias, da mesma maneira que a sobrecarrega de tarefas, ao qual se agrava devido a não disponibilização de uma rede de apoio, como o

---

<sup>35</sup> GOMES, 2011.



serviço de creches e transportes acessíveis, tomando dessas mulheres tempo e energia que poderiam ser utilizados em atividades que possibilitariam uma maior igualdade nos processos políticos:

As mulheres pobres brasileiras necessitam também de meios para autonomizar-se dentro das relações de gênero nas posições dentro do mercado de trabalho. Fazem-se, então, necessárias políticas complementares como o fornecimento de creches e escolas públicas de tempo integral, que seriam iniciativas em favor da inclusão das mulheres na vida produtiva e, por consequência, na redução da pobreza de suas unidades familiares (GOMES, 2011, p.79).

A intenção não é negar os progressos realizados até agora na instauração da perspectiva de gênero nas políticas sociais, entretanto, é necessário notar que as categorias que compõem os diagnósticos estão em constante disputa e que tal uso de conceitos e diretrizes se constituem de uma maneira estratégica.

Diante disto, se mostrou importante ressaltar o papel da mídia neste processo. Tanto da mídia dominante, enquanto contínua criadora e reprodutora de consensos e consentimentos sociais que desenvolvem e legitimam representações sociais femininas tidas como únicas e universais, fundamentando assim o exercício da hegemonia, quanto da mídia alternativa, que por outro lado procura desenvolver práticas de resistência cultural, como espaços autônomos de informação e de difusão contra-hegemonica de consensos, inclusive de gênero.

Dessa forma entendendo que o caminho para um debate em torno do tema depende igualmente da correlação de forças da sociedade, é necessário que a luta de mulheres organizadas juntamente com a luta de categorias profissionais, e nisso incluo o papel fundamental do Serviço Social, posto que as questões de gênero, se estabelecem enquanto exigências e demandas à profissão, se apresentando na vida em sociedade, nas Políticas Sociais como visto, e em alguns princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993)<sup>36</sup>, adquira uma perspectiva que compreenda a importância de ultrapassar a barreira das políticas mínimas aqui colocadas.

---

<sup>36</sup> Referimo-nos ao princípio VIII do Código de Ética Profissional que possui o seguinte texto: "Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero".

Essas políticas mesmo ao alcançarem um razoável número de mulheres e possibilitarem minimamente uma sobrevivência digna não se preocupam necessariamente em fazer uma articulação com uma perspectiva de mudança das relações de gênero a médio e longo prazo, na busca de alterar a lógica de desigualdade real e estrutural entre homens e mulheres na sociedade, seja no espaço público ou privado.

Homens e mulheres são explorados no modo de produção capitalista, mas há particularidades na forma de exploração feminina que requer além da luta anticapitalista, uma ação coletiva das mulheres capaz de construir uma sociedade verdadeiramente emancipada, autodeterminada e livre (SOARES, 2011, p.5).

Essa discussão, que não finda aqui, por carecer de muitos estudos e investigações, se torna essencial no sentido de não fazer das atuais políticas públicas parte de um novo senso comum, que novamente cria uma noção hegemônica do que são os papéis apropriados para as mulheres e homens brancos/as e negro/as, pobres e ricos/as e assim sucessivamente (ALVAREZ, 2011). Da mesma maneira que cria um novo modelo de políticas assistenciais, que retira em grande parte a condição de direito e cidadania conquistadas por meio de lutas populares.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos. *Representação Social: uma genealogia do conceito*. Rio de Janeiro, Comum, v. 10, n. 23, p.122-138, jul. 2004.

ALVAREZ, S.E. *Em que ESTADO está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com 'perspectiva de gênero*. In: FARIA, Nalu (org.); SILVEIRA, M. L. (org.); NOBRE, Miriam (org.). *Gênero nas Políticas Públicas*, São Paulo: Sof, 2000.

BANDEIRA, Lourdes. *Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. Brasília: CEPAL / SPM; Jan. 2005.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

\_\_\_\_\_. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960b

BEHRING, E. R.(org.); SANTOS, S. M. M. (org.); MIOTO, R. C. T. (org.). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. *Desafios Contemporâneos das Políticas Sociais*. Revista Katálysis, Florianópolis, v.14, n.4, p.9-12, jan/jun 2011.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano Fernandes, 33ed. Petrópolis: Vozes, 2011

BRASIL. *Código de Ética Profissional do Assistente Social, Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10 ed. Brasília: CFESS, 2012.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. *Resolução Nº109*, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 25 nov. 2009. Seção 1, p. 01 – 43.

\_\_\_\_\_. *Constituição Federal do Brasil (1988)*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Decreto nº 6.392*, de 12 de março de 2008, Altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6392.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6392.htm)>  
Acesso em: 10 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 10.836*, de 9 de janeiro de 2004. Dispõe sobre o Programa Bolsa Família, destinado às ações de Transferência de Renda com Condiionalidades. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2004/lei/l10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/lei/l10.836.htm)>. Acesso em: 16 maio 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre a Lei Maria da Penha. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20042006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 16 mai. 2014.

\_\_\_\_\_, Senado Federal, Gabinete da Senadora Ideli Salvatti (PT/SC), Direitos da Mulher, Brasília: SEEP, 2008. 55 p.

CARLOTO, M. C.; MARIANO, S. A. *As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero*. 2010. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/programa.htm>> Acesso em: 20 mar.2014.

CARVALHO, I. *O Fetiche do “empoderamento”*: do “conceito” ideológico ao projeto político-econômico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

COSTA, A. A. A. *O movimento feminista no Brasil*: Dinâmicas de uma intervenção política, Revista Gênero, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

COUTINHO, J. A. *ONGs e Políticas Neoliberais no Brasil*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011

CRUZ, Luciana Ramirez. *Considerações acerca do programa Bolsa Família: um olhar sobre as mulheres*. 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278273664\\_ARQUIVO\\_lucianaramirezdacruz.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278273664_ARQUIVO_lucianaramirezdacruz.pdf) > Acesso em: 27 jun. 2014.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução de José Silveira Paes. 3 ed. São Paulo: Global, 1984.

FAGNANI, Eduardo. A política Social do Governo Lula (2003 - 2010): perspectiva histórica. Textos Para Discussão. IE/UNICAMP Campinas, n. 192, p.1-28, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/index.php/textos>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

FARAH, Marta F. S. Gênero e políticas públicas. São Paulo, 2004. Disponível em : < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf> > Acesso em: 04 de jun. 2014.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução por M.T. C. Albuquerque e J. A G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977b.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

GODINHO, Tatau. *A ação feminista diante do Estado: as mulheres e elaboração de políticas públicas*. In: FARIA, Nalu (org.); SILVEIRA, M. L. (org.); NOBRE, Miriam (org.). *Gênero nas Políticas Públicas*, São Paulo: Sof, 2000.

GOMES, Simone S. R. *Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda – o caso do Bolsa Família no Brasil*. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 69 - 81, jan./jul. 2011

GUAZINA, Liziane. *O Conceito De Mídia Na Comunicação e Na Ciência Política: Desafios Interdisciplinares*. In: Revista Debates. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/2469/1287>>. Acesso em junho de 2014

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

IAMAMOTO, Marilda V. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/Raul de Carvalho – 22. Ed. – São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.*

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petropol, Vozes, 2014. v. 1. 184p.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A Sagrada Família*. Tradução por Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: Jornalismo como Produção Social de Segunda Natureza*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MAURIEL, A.P.O. *Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira*. In: Katálysis, v.13, n.2, p.173-180, Florianópolis: UFSC, jul./dez.2010.

MORAES, Dênise; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder*. Da concentração monopólica à democratização da informação. Rio de Janeiro, Boitempo, 2013.

MOTA, Ana E.; AMARAL, A. S.; PERUZZO, J. F. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina: Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia. 2 ed. São Paulo: Cortez. 2012.

ONU, Resolução n. 34/180, de 18 de dezembro de 1979 - ratificado pelo Brasil em 01 de janeiro de 1984, CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER, Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm> Acesso em: 20 mar. 2014.

PAIVA, Beatriz et al. *Família e participação popular*: antinomias do desenho da política de assistência social na América Latina. Comunicação Oral (Resultado de Investigação). In: XIX SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABALHO SOCIAL. Guayaquil/Ec: ALAIETS (Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social), 2009. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br>

PATRIOTA, Lucia M. *Teoria das Representações Sociais*: Contribuições para a apreensão da realidade. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 10, n. 1, p.1-10, jun. 2007. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1\\_lucia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1_lucia.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

PEREIRA, Potyara A.P. *Necessidades Humanas*: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Política social*: temas e questões. 1. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. *Assistência social na perspectiva dos direitos*: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

PINTO, Célia R. J. *Feminismo, História e Poder*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2014

REGO, W. G.D. L.; Pinzani, Alessandro . *Vozes do Bolsa Família*: autonomia, dinheiro e cidadania. 1ª. ed. São Paulo: UNESP, 2013. 248p.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. *Equidade de gênero e transferência de renda -reflexão a partir do Programa Bolsa Família*. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. (Org.) *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. *A questão da mulher na perspectiva socialista*. Revista Lutas Sociais, São Paulo, v. 27, p 82-100, 2º sem 2011.

\_\_\_\_\_. *Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade*. Revista Lutas Sociais, São Paulo, v. 2, p 59-79. Jun 1997

SANTOS, Elisabete; NÓBREGA, Lígia. *Ensaio sobre o feminismo marxista socialista*. Revista Virtual de Humanidades, Natal, v. 5, n. 11, p.1-16, jul. 2004.

SÊGA, Rafael A. *O conceito de representação social nas obras de denise jodelet e serge moscovici*. 2000. Disponível em:  
<<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.

SILVA e SILVA, M.O.; YASBEK, M.C.; GIONANNI, G.D. *A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Terlúcia M.; BARBOSA, Thayse C. G. *Programa Bolsa Família: um reforço às representações sociais de gênero*. João Pessoa, 2009. Disponível em:  
<<http://www.itaporanga.net/genero/1/GT03/26.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2014.

SOARES, Suamy R. *A feminização da pobreza e as políticas sociais focalizadas nas Mulheres: um debate a ser repensado* In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luiz. Disponível em:  
<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/EIXO\\_QUESTOES\\_DE\\_GENERO\\_ETNIA\\_E\\_GERACAO.htm](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/EIXO_QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO.htm)>. Acesso em: 08 mai. 2014.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. *Programa bolsa família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras*. Disponível em:  
<<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 26 mai. 2014.

SOARES, Vera. *Muitas faces do feminismo no Brasil*. In: BORBA, A. et al.(Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

SPOSATI, Aldaiza. *Tendências Latino-americanas da Política Social Pública no Século 21*. Revista Katálisis, Florianópolis, vol. 14, nº 1, p. 104-115. 2011

TELLES, V. da S. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: editora 34, 2001.

WEISSHEIMER, Marco A. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

YAZBEK, M. C. *Estado e Políticas Sociais*. Praia Vermelha (UFRJ), v. 18, p. 72-94, 2008.